

Juro real do BC volta a aumentar

Inflação cai e faz

crescer a pressão

pela queda do juro



Comandante da Marinha defende verba para projetos estratégicos

“O presidente Lula tem um apreço pela percepção da importância estratégica de dotar a Força de um submarino com propulsão nuclear”, disse o almirante Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha, em entrevista ao jornal Valor Econômico. O almirante defendeu o fortalecimento dos projetos estratégicos das Forças Armadas, particularmente do programa do submarino nuclear brasileiro. **Pág. 3**

Jandira Feghali: “Olhem para a Light e salvem a Eletrobrás”

“É sobre o direito à luz e energia. É sobre soberania. É sobre o futuro que estamos falando. É disto que se trata!”, afirma a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), em artigo no jornal O Dia. Líder do partido na Câmara dos Deputados, Jandira denuncia que a Light “foi privatizada para servir como “vaca leiteira” a encher os bolsos dos acionistas e esvaziar a qualidade dos serviços”. E diz, ainda, que a privatização da “Eletrobrás e a forma como esse controle saiu das mãos do Estado foi mais que oportunista, foi criminosa”. **Pág. 3**

Zona do euro cai em recessão após sanções à Rússia

Acompanhando a Alemanha, a zona do euro entrou em recessão, com contração em dois trimestres consecutivos, mostraram os números da agência europeia Eurostat divulgados na quinta-feira (8). O fato reflete os choques de energia e alta da inflação decorrentes das sanções contra a Rússia e da alta dos juros pelo BCE. **Página 7**

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.909 14 a 20 de Junho de 2023

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Não bastasse ser o maior do mundo, juro real sobe quando IPCA fica menor

A inflação oficial de maio ficou em 0,23%, abaixo da taxa de 0,61% registrada em abril, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE. No ano, a alta acumulada é de 2,95% e em doze meses o índice atingiu 3,94%, a taxa mais baixa acumulada desde outubro de 2022 (3,92%). Ao contrário do pretexto usado pelo presidente do BC para manter os juros nas alturas, a inflação vem desacelerando. A queda do IPCA torna mais alto e absurdo o juro real no país, que é a diferença entre o juro nominal e a inflação projetada para 12 meses. **Pág. 2**

Para Lula, extraditar Assange é agredir democracia e liberdade



Governo de Zelensky rejeitou pedido na ONU para investigação internacional da explosão da represa de Kakhovka

Destruição de represa por Kiev deixa 40 mil civis flagelados

Segundo dados preliminares, “entre 22.000 e 40.000 pessoas” estão na zona de desastre afetada pela inundação, após a destruição da barragem da hidrelétrica de Kakhovka por bombardeio das forças de Kiev, disse o governador interino da região de Kherson, Vladimir Saldo, ao programa Solovyov Live. Bairros inteiros estão debaixo de água, há quatorze cidades na área inundada e até 80 povoados estão sob risco.

A parte superior da barragem e os equipamentos da usina hidrelétrica de Kakhovka foram destruídos na noite de 5 de junho, como denunciou a Rússia ao Conselho de Segurança da ONU na reunião de emergência. Na sexta-feira (9), o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmitry Kuleba, rejeitou os pedidos no Conselho de Segurança da ONU para realizar uma investigação internacional sobre o ataque. **Pág. 6**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou no sábado (10), por meio de suas redes sociais, que está muito preocupado com a possibilidade iminente de extradição do jornalista Julian Assange para prisões nos Estados Unidos. “Vejo com preocupação a possibilidade iminente de extradição do jornalista Julian Assange. O repórter investigativo fez um importante trabalho de denúncia de ações ilegítimas de um Estado contra outro. Sua prisão vai contra a defesa da democracia e da liberdade de imprensa. É importante que todos nos mobilizemos em sua defesa”, disse Lula. **Pág. 3**

A União quer na Eletrobrás poder proporcional às ações que detém

AGU apresentou documento no âmbito da ação no STF para que a União tenha participação no comando da Eletrobrás proporcional ao percentual de ações que detém, em torno de 43%. Na avaliação do presidente Lula, a privatização da Eletrobrás impôs grave “lesão ao patrimônio” e ao “interesse público”. **Pág. 3**

Artur: “Conselho de autorregulação de centrais é tirar Ministério para pôr órgão particular”

Em entrevista exclusiva ao HP, Artur Bueno de Camargo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) declarou que a vitória de Lula abre a possibilidade de reconstrução e de avanços no sistema de representação dos trabalhadores. Para ele, a unidade sindical e o sistema confederativo devem ser mantidos. **Pág. 5**

Foto: Divulgação



Governo quer arrecadar R\$ 30 bilhões acabando com manobras fiscais das empresas petroleiras

O governo Lula prepara medidas que aumentarão a arrecadação de impostos de petroleiras exportadoras em cerca de R\$ 30 bilhões. As mudanças vão beneficiar Estados e municípios produtores de petróleo e colocam o país em linha com normas internacionais. As alterações vão ocorrer em duas frentes: pela Receita Federal e pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Em uma dessas medidas, o governo trabalha em novos critérios para calcular o preço do petróleo exportado para fins de cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das petroleiras que atuam no Brasil. Há, atualmente, muitas perdas fiscais neste setor. Como parte da receita virá do IRPJ, o valor será compartilhado com Estados e municípios.

Não haverá criação de novos impostos e sim, cobrança de quem não está pagando, explica o governo. Até agora, a Receita usava apenas um preço de referência calculado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) como parâmetro para cobrar os impostos das petroleiras exportadoras. O petróleo nacional era tributado considerando essa referência, mas costumeiramente ele é vendido a valores maiores no mercado internacional.

Além disso, o governo também quer desmontar uma triangulação feita pelas empresas para fugir do fisco. As empresas vendem petróleo para subsidiárias fora do Brasil e revendem em seguida por um valor mais alto a outros compradores. Dessa forma, a empresa acaba tendo um lucro não declarado e não tributado. A Receita pretende corrigir esta deformação. A medida atingirá todo o setor exportador, mas o governo espera arrecadar majoritariamente do setor de petróleo.

Agora, outros critérios serão colocados na conta para deixar a tributação mais próxima do valor que é realmente arrecadado pelas empresas. Para isso, a Receita vai abrir negociações com as petroleiras para ter acesso a uma base mais real dos valores do petróleo vendido ao mercado internacional.

Isso está sendo possível por causa de uma medida provisória (MP) já aprovada pelo Congresso Nacional que trata dos chamados preços de transferências internacionais. A MP estabeleceu critérios para fixação de preços usados em transações entre empresas de um mesmo grupo, a fim de evitar evasão fiscal e paraísos fiscais.

A regra geral da MP dos preços de transferência entra em vigor em janeiro de 2024, mas a Receita pode negociar com as companhias para antecipar a aplicação da norma especificamente para o setor de petróleo. O diálogo será feito com a Petrobrás e com outras petroleiras que atuam no país.

A outra frente relacionada ao petróleo está na ANP, a agência reguladora do setor. O órgão trabalha num novo preço de referência mínimo para o petróleo nacional, maior que os valores praticados atualmente. Os governos cobram royalties e participações especiais sobre o petróleo tendo esse preço como parâmetro.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/governo-quer-arrecadar-r-30-bilhoes-acabando-com-manobras-fiscais-das-petroleiras/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3222-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-3823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: HP



Grupo Alimentação e bebidas de 0,71% em abril ficou em 0,16% em maio

71% dos industriais apontam os juros altos como principal entrave ao crédito, diz CNI

Um terço das empresas renovaram crédito “em condições piores ou muito piores”

Empresas enfrentam dificuldades no acesso ao crédito em meio ao atual cenário econômico, com as taxas de juros sendo apontadas como o principal obstáculo para o setor industrial. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 71% dos empresários do ramo que relataram dificuldades para obter crédito apontaram os juros como o principal entrave.

Acompanhando o movimento da taxa básica de juros (Selic), que está em 13,75% desde agosto do ano passado, as operações de crédito se tornaram mais caras e, consequentemente, mais restritivas. Além de desestimular os investimentos, o arrocho monetário também gera um problema de insolvência, uma vez que as empresas que contrairam empréstimos estão enfrentando dificuldades para pagá-los, resultando em um aumento no número de falências e pedidos de recuperação judicial.

A pesquisa Sondagem Especial Condições de Acesso ao Crédito ouviu 2.022

empresários entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Os empresários também criticaram as exigências de garantias dos bancos (25%) como um sério problema para o acesso ao crédito. Outros 16% dos entrevistados relataram que a falta de linhas de crédito adequadas para suas empresas foi o principal fator restritivo durante o período.

De acordo com o gerente de Política Econômica da CNI, Fábio Guerra, o crédito está mais caro e restrito, tanto para as empresas como para os consumidores.

“Observamos um cenário mais seletivo e exigente para quem busca recursos financeiros. Isso também explica o fato de cerca de metade das empresas não terem tentado renovar ou buscar novos empréstimos e uma parcela significativa ter renovado em condições piores ou muito piores. Também deve-se destacar que uma parte relevante das empresas que tentou renovar ou contratar crédito não conseguiu”, resume o economista.

Os números revelam que, diante das dificuldades, 47%

das empresas não buscaram contratar nem renovar crédito de curto ou médio prazo, enquanto 6% não conseguiram fazer nem uma coisa nem outra, e apenas 28% conseguiram contratar ou renovar. No caso do crédito de longo prazo, 58% não procuraram contratar nem renovar, e somente 14% conseguiram.

“A pesquisa mostra que o crédito pode ser um elemento essencial para impulsionar o consumo, os investimentos e fazer a economia girar, mas a disponibilidade e as condições de acesso ao crédito não estão proporcionais à sua importância”, destaca a CNI em nota.

Para ilustrar a importância do crédito, a CNI ressalta que 60% das empresas que buscaram financiamento tinham como objetivo pagar fornecedores e despesas com funcionários, além de adquirir matéria-prima, no caso de operações de curto e médio prazo. Após o capital de giro, 21% das empresas apontaram a necessidade do recurso para investir, seja em máquinas e equipamentos, instalações ou pesquisa e desenvolvimento.

Venda da Lubnor é fruto de imposição espúria do Cade e deve ser cancelada, defende especialista

A conselheira Rosangela Buzanelli, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, votou contra a assinatura de compra e venda da refinaria Lubnor pela direção bolsonarista da estatal e defende “que a venda seja cancelada”.

“A venda da Lubnor faz parte do plano de desinvestimento que a gestão passada da Petrobrás firmou com o Cade, em 2019, com o absurdo compromisso de se desfazer da metade da capacidade de refino, privatizando oito das treze refinarias”, disse a engenheira geóloga Rosangela Buzanelli.

“O governo Bolsonaro privatizou a Rlam, na Bahia; a Reman, em Manaus, a SIX, no Paraná e a venda da Lubnor está por ser concretizada. Agravante às privatizações em si, é que todas foram negociadas a preços questionáveis, abaixo do mercado, segundo notícias à época”, denunciou a especialista.

“A reavaliação da venda da Lubnor pelo Cade é importantíssima nesse novo cenário político brasileiro. Para além disso, reforço mais uma vez que é essencial a revisão de todas as privatizações indefensáveis realizadas nos últimos sete anos”, defendeu a engenheira.

“O que está em jogo é o patrimônio público, a soberania energética e o abastecimento nacional a preços justos, somente viável através de uma empresa estatal forte, integrada e verticalizada como a Petrobrás, que construímos para servir nosso país. Defender a Petrobrás é defender o Brasil”, acrescentou.

A venda esta sendo revista pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O Cade adiou o julgamento que estava marcado para a



Rosangela Buzanelli representa os trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás

quarta-feira (7), após pedido da relatora, conselheira Lenisa Prado.

A refinaria é uma das líderes nacionais na produção de asfalto, com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia de petróleo, e foi privatizada por Bolsonaro por US\$ 34 milhões para a Grepar Participações, então sócia da Greca Distribuidora. A operação lesiva aos interesses do país foi aprovada pelo Cade, sem restrições, em dezembro do ano passado.

Ela é fruto do “acordo” espúrio da direção anterior da Petrobrás com o Cade em 2019 para a venda de 8 refinarias, ou seja, para a venda de metade do parque nacional de refino.

Contudo, o conselheiro Victor Oliveira Fernandes identificou riscos anticompetitivos e decidiu por uma nova avaliação da venda no tribunal pelo Cade. A Superintendência Geral (SG) do Cade apontou que a aquisição “resulta em integração verti-

cal entre a produção de asfaltos, na Lubnor, e a distribuição de asfaltos pela Greca”. Após a venda, empresas da região entraram com recurso alegando relações cruzadas entre a Grepar e a Greca Distribuidora de Asfaltos. Além disso, destacaram que a Petrobrás opera de forma integrada o que não ocorrerá com a privatização. No caso, o déficit de produção de asfalto na região Nordeste era compensado “por refinarias da Petrobrás de outras regiões, desconsiderando o custo de transporte envolvido”.

Outro fator destacado é a preocupação com a continuidade de suprimento de óleo bruto naftênico, já que as condições que permitem à Petrobrás produzir o produto na Lubnor não estão garantidos pela compradora.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/venda-da-lubnor-e-fruto-de-imposicao-espuria-do-cade-e-deve-ser-cancelada-defende-especialista/>

Inflação cai em maio e cresce pressão por redução dos juros

No mês de maio, IPCA ficou em 0,23% e em doze meses em 3,94%, influenciada pela queda nos preços dos alimentos e dos combustíveis

A inflação oficial de maio ficou em 0,23%, abaixo da taxa de 0,61% registrada em abril, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nesta quarta-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano, a alta acumulada é de 2,95% e em doze meses o índice atingiu 3,94%, a taxa mais baixa acumulada desde outubro de 2022 (3,92%).

Ao contrário das expectativas dos analistas e porta-vozes do sistema financeiro e do presidente do Banco Central em manter os juros nas alturas sob o pretexto de uma falsa demanda, a inflação vem desacelerando. Em fevereiro o IPCA marcou 0,84%, em março 0,71%, em abril 0,61% e agora recuou para 0,23%.

Por outro lado, ao manter a taxa básica de juros da economia em 13,75%, Campos Neto aumenta os juros reais e mantém o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial. O resultado é uma economia patinando, com quedas nas atividades industriais, no emprego e alto índice de inadimplência das famílias e das empresas.

Com as quedas nos preços dos combustíveis (-1,82%), com destaque no óleo diesel (-5,96%), da gasolina (-1,93%) e do gás veicular (-1,01%), além das passagens aéreas (-17,73%), o Grupo de Transporte recuou (-0,57%). Artigos de residência também recuou (-0,23%).

De acordo com o IBGE, a desaceleração da inflação

em maio teve forte influência do grupo de Alimentação e bebidas, que passou de 0,71% em abril para 0,16% em maio. “Trata-se do grupo com maior peso no índice, o que acaba influenciando bastante no resultado geral”, afirmou André Almeida, analista da pesquisa.

A alimentação no domicílio, que passou de 0,73% no mês anterior para uma estabilidade em maio, registrou queda nos preços das frutas (-3,48%), do óleo de soja (-7,11%) e das carnes (-0,74%). Por outro lado, a alta teve como destaque a inflação do tomate (6,65%), do leite longa vida (2,37%) e do pão francês (1,40%).

“Nos casos do tomate e do leite, os aumentos de preço estão relacionados a uma menor oferta”, explica Almeida.

Os grupos que apre-estaram alta nos preços estão: Saúde e cuidados pessoais (0,93%) com destaque para plano de saúde (1,20%). Nesse grupo, os produtos farmacêuticos, com alta de 0,89%, contribuíram para o resultado, após a autorização do reajuste de até 5,60% no preço dos medicamentos, a partir de 31 de março.

Pesaram, ainda, no índice as altas nos preços de água e esgoto e energia elétrica, que tiveram aumentos em algumas capitais do país.

O Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e atividades que tiveram aumento de preços, caiu de 66,0% em abril para para 56,0% em maio, menor percentual desde agosto 2020 (55,2%).

Recuperação judicial e falências aumentaram de janeiro a abril

Nos quatro primeiros meses deste ano, 382 empresas entraram com pedidos de recuperação judicial, o maior número em cinco anos, segundo dados da Serasa Experian. De janeiro a abril, o número de pedidos de falência também disparou: foram 346 pedidos de decretação de falência, sendo 222 aceitos.

Entre os principais motivos para o aumento de pedidos de recuperação e de falência está a taxa de juros, a Selic a 13,75% ao ano, estabelecida pelo Banco Central, que além de encarecer o valor das dívidas das empresas, está fechando as portas do crédito e enfraquecendo a demanda por bens e consumo no país.

Ou seja, impondo restrições à atividade econômica do país, após o choque da pandemia de Covid-19, em que a grande maioria das empresas tiveram que recorrer a empréstimos, com seus altos juros, para não quebrar.

Classe média está mais endividada e inadimplente, segundo pesquisa da CNC “Juros dificultam o pagamento da dívida atrasada”

De acordo com pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 78,3% das famílias brasileiras estavam endividadas em maio. Desses, 29,1% têm dívidas em atraso, ou seja, estão inadimplentes.

“Os juros elevados dificultam o pagamento da dívida atrasada, pois acirram as despesas financeiras. Com isso, o volume de consumidores com atrasos por mais de 90 dias segue em tendência de alta. Do total de inadimplentes, 45,7% estão com atrasos por mais de três meses, maior percentual em três anos”, avalia a CNC.

Em maio, 11,8% do total de inadimplentes afirmaram que não tem condições de pagar dívidas em atraso.

O destaque desta edição da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) foi o

Entre os grandes setores da economia, os serviços é o que mais entrou com pedidos de recuperação judicial: foram 164 ao todo no período. Em seguida, vem o comércio com 99, indústria com 82, e o setor primário, com 37.

Do lado dos pedidos de falência, os números são estes: serviços são 133 pedidos, com 119 decretadas; comércio são 85 pedidos, com 58 decretadas; indústria são 125 pedidos, com 43 decretadas; e o setor primário 3 pedidos, com 2 decretadas.

Outra pesquisa da Serasa Experian, aponta que inadimplência das empresas bateu recorde em abril deste ano, ao atingir 6,5 milhões de empreendimentos negativados.

Mediante o cenário trágico, os bancos – que não deixaram de cobrar seus juros escorchantes em nenhum momento das crises econômicas que o país viveu nas últimas décadas – passaram a restringir ainda mais o crédito.

crescimento do endividamento e da inadimplência entre as famílias de renda média. Neste recorte, o endividamento na faixa de renda de 3 a 5 salários-mínimos cresce para 79,6% do total. Para as famílias com renda entre 5 e 10 salários-mínimos, o percentual de maio foi de 78%.

A inflação está mais baixa, mas os juros altos continuam pressionando os orçamentos das famílias, em especial os de renda média que utilizam mais o sistema bancário e tendem a contratar crédito com mais frequência.

Segundo dados do Banco Central (BC), a taxa média de juros das concessões de crédito às pessoas físicas alcançou 59,7% ao ano em abril. No cartão de crédito a taxa saltou de 433,3% ao ano, em março, para 447,5% ao ano, em abril. É o maior patamar em seis anos.



Líder da bancada do PCdoB na Câmara

Jandira: “o desastre da Light e a privatização criminosa da Eletrobrás”

Em artigo no jornal *O Dia*, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder do partido na Câmara dos Deputados, denuncia que a Light “foi privatizada para servir como “vaca leiteira” a encher os bolsos dos acionistas e esvaziar a qualidade dos serviços”.

E diz, ainda, que a privatização da “Eletrobrás e a forma como esse controle saiu das mãos do Estado foi mais que oportunista, foi criminosa”. “Não é admissível que a verdadeira entrega promovida se perpetue até chegar ao ponto em que chegou a Light”, escreve.

Leia o artigo na íntegra:

Olhem para a Light e salvem a Eletrobrás

JANDIRA FEGHALI (*)

A Light, que começou como “Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company”, em 1905, é um exemplo dos percalços que aguardam os usuários dos serviços de energia. A empresa recebeu o nome “Light” a partir da fusão com uma empresa de São Paulo e foi estatizada na década de 1970. Como empresa pública teve vida curta. Em 1996 foi leiloada e, desde então, é uma empresa privada e uma sociedade anônima.

A Light atende 31 municípios no Rio e, recentemente, foi noticiada sua decisão de entrar com um pedido de recuperação judicial. Em poucas palavras, a empresa admite que está mal das pernas. Mas não tão mal a ponto de deixar de distribuir R\$ 94,5 milhões em dividendos em 2022.

A culpa do passivo bilionário seria dos “gatos”. Imagino que a explicação tenha sido dada na certeza de que quem a ouvisse acredite até que Papai Noel lhe fará uma visita no Natal, tão esdrúxula e desconectada da realidade. Ora, o setor elétrico incorpora à tarifa uma taxa de inadimplência e possíveis ocorrências de gatos. A média nacional para esta tarifa é de 16%.

A da Light é de 25%!!!! Haja inadimplência e gatos! O Pará tem índice de inadimplência muito maior que o Rio de Janeiro, e nem por isso as empresas estão quebradas.

Nem de longe a empresa conseguiu alcançar os objetivos de sua privatização. Afinal, sempre se justifica a entrega como necessária para melhorar a eficiência, ampliar os investimentos e a qualidade dos serviços. Quem depende dos serviços da Light sabe o quanto paga caro para não ter nem uma coisa, nem outra.

A opinião de especialistas transcreve bem a realidade. A empresa foi privatizada para servir como “vaca leiteira” a encher os bolsos dos acionistas e esvaziar a qualidade dos serviços. Não há outra explicação.

Agora, tentem transpor esse desastre da Light para o nível nacional. Imaginem milhões de famílias, empresas, agricultores e toda sorte de pessoas e serviços que dependem do fornecimento de energia, nas mãos de um controle acionário que visa o lucro em primeiro lugar. O governo anterior se aproveitou de um momento de emergência sanitária para aprovar a privatização da Eletrobrás e a forma como esse controle saiu das mãos do Estado foi mais que oportunista, foi criminosa.

Energia é serviço essencial e é compreensível que um governo comprometido com a população, o crescimento e a reindustrialização, defenda que um patrimônio do povo retorne ao controle do Estado. Não é admissível que a verdadeira entrega promovida se perpetue até chegar ao ponto em que chegou a Light. Não podemos aceitar que daqui a algum tempo recursos públicos tenham que jorrar para salvar a Eletrobrás.

Investimentos públicos devem se dar para promover a ampliação do acesso aos serviços e tarifa justa. Isso só é possível se esta meta for prioritária, se as tarifas forem compatíveis com o nível de renda do nosso povo, se o desenvolvimento do país estiver na estratégia central do Estado brasileiro. A submissão ao lucro dos acionistas ou aos grandes salários e privilégios dos diretores e conselheiros dessas empresas privatizadas ou aos desvios de recursos por contratos questionáveis não podem dar certo, jamais! É sobre o direito à luz e energia. É sobre soberania. É sobre o futuro que estamos falando. É disto que se trata!

(*) Deputada federal, líder da bancada do PCdoB e integrante da CPMI dos Atos Golpistas. Texto publicado originalmente no jornal *O Dia*.

Mais 70 golpistas responderão no Supremo por golpe, incitação ao crime e associação criminosa

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para tornar réus mais 70 pessoas envolvidas na tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

Das 1.390 denúncias feitas pelo MPF, o STF já aceitou ou formou maioria para aceitar 1.246. Assim, ainda faltam ser analisadas mais 144 denúncias.

Os invasores, que estavam na condição de investigados, se tornam réus no momento em que o STF aceita as denúncias.

Os terroristas foram separados pelo MPF em dois grupos: os incitadores e os executores.

Dos 70 denúncias que o STF está julgando, 64 são do primeiro grupo e se tornarão réus pelos crimes de incitação ao crime e associação criminosa. A pena máxima para esses crimes é de três anos e meio de prisão.

Os outros seis foram executores do ataque e terão que responder pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e dano ao patrimônio público, que pode lhes render uma condenação a 27 anos e meio de prisão.

Lula quer mobilização contra a “extradição de Assange”

Reprodução



“O jornalista fez um importante trabalho investigativo”, disse Lula

Comandante Olsen defende recursos para projetos estratégicos da Marinha

O comandante da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, defendeu, nesta sexta-feira (9) em entrevista ao jornal Valor Econômico, o fortalecimento dos projetos estratégicos das Forças Armadas, particularmente do programa do submarino nuclear brasileiro.

“Na Marinha, todos os programas estratégicos passam pela construção naval. E preciso que ela seja retomada. O presidente Lula tem um apreço – não por ter tomado a iniciativa de uma parceria estratégica Brasil-França em 2008, mas pela percepção político-estratégica – de dotar a Força de um submarino com propulsão nuclear”, disse o almirante.

O almirante Olsen defendeu que o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo fiquem fora das limitações impostas pelo novo arcabouço fiscal. “Sobre o arcabouço, eu busquei uma interlocução com o relator [deputado Claudio Cajado], que me recebeu, me ouviu, mas o governo é um conjunto de medidas... Há outras iniciativas, como a criação de um fundo privado, mas não é uma agenda fácil de lidar”, afirmou o comandante.

“O governo vinha refém de um teto de gastos que foi importante em 2016 para

atrair investimentos, mas precisava ser revisito. A política fiscal de 2016 passou a valer considerando o ano orçamentário de 2017 e, com a correção pelo IPCA, a Força Naval teve perda da ordem de 72% [desde que o teto entrou em vigor]”, observou o militar.

“Hoje os fundos orçam R\$ 4 bilhões, e a expectativa é que até 2026 isso chegasse a R\$ 7,2 bilhões. Se eu integro à Força um novo equipamento, não é só o custo da obtenção. Tem o custo da operação e manutenção desse meio. E o próprio custo de desfazimento. Hoje você não pode simplesmente largar um navio ao fim do seu ciclo operacional, precisa dar destinação verde, sustentável, ao casco”, acrescentou Olsen.

O militar discutiu a questão do conteúdo nacional nos projetos da Marinha. “Existe quem defenda o maior percentual de conteúdo, existe quem entenda que essa exigência encaixa o projeto. No curto prazo, isso é verdade. No longo prazo se justificaria, mas não pode ser de 70%. Vejo com alguma razoabilidade algo em torno de 30% de exigência, e aumento gradual”, defendeu.

Olsen falou ainda do sistema de gerenciamento da Amazônia Azul. “É uma rede de sensores que cobre esse espaço marítimo.

É um programa oneroso, como normalmente é um programa de defesa: é plurianual, exige previsibilidade orçamentária. Daí a nossa preocupação, e a discussão junto ao Ministério da Defesa, de vincularmos o orçamento da Força ao Produto Interno Bruto (PIB) para assegurarmos alguma previsibilidade que possa sustentar as cláusulas contratuais dos diversos programas”, argumentou o almirante.

Sobre as discussões com a França, o almirante detalhou os objetivos do Brasil. “O que buscamos, e o presidente Lula tem se empenhado nessa interlocução com o presidente [Emmanuel] Macron, é ampliar a parceria estratégica permitindo acesso à base industrial de defesa francesa”, disse ele. “Tratei da ida do presidente à França, que ele fizesse uma provocação ao presidente Macron para relançarmos a parceria estratégica no programa nuclear”, acrescentou Olsen.

“É delicado tratarmos de um submarino de propulsão nuclear. Não se pretende transferência de tecnologia, nosso projeto é brasileiro, é da Marinha, mas precisamos ampliar a parceria para termos acesso à base industrial francesa, e eventuais contrapartidas que o Brasil possa oferecer”, explicou.

Cid é prioridade da CPMI após descoberta de trama golpista em seu celular pela PF

A descoberta pela Polícia Federal dos planos golpistas de Bolsonaro gravados no celular de Mauro Cid agitaram a “CPMI do Golpe”. A relatora da CPMI do 8 de janeiro, Eliziane Gama (PSB-MA), afirmou à CNN, nesta quinta-feira (8), que o tenente-coronel Mauro Cid deve ser um dos primeiros alvos da comissão a serem ouvidos. “Vamos trabalhar para ele vir primeiro ou imediatamente após o ex-ministro da Justiça Anderson Torres”, afirmou Eliziane.

O texto encontrado no telefone do “faz-tudo” de Bolsonaro era uma troca de mensagens com o sargento Luis Marcos dos Reis, preso junto com ele no início de maio na operação que apura fraudes nos cartões de vacinação de diversas pessoas,

entre elas do ex-presidente e de sua filha Laura. O documento é uma minuta de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e alguns “estudos” que, segundo investigadores da PF, eram destinados a dar suporte a um golpe de Estado.

O plano dos bolsonaristas para o golpe contra a democracia pretendia a criação de “perturbações da ordem pública” que justificassem a decretação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Os atos terroristas na sede da Polícia Federal no dia da diplomação de Lula que culminaram na depredação dos Três Poderes no fatídico 8 de janeiro de 2023, em Brasília, faziam parte dos planos.

Aliás, o desespero dos bolsonaristas no dia 8 de janeiro já sina-

lizava que os golpistas não tinham conseguido arrastar as Forças Armadas para a sua aventura. Os fascistas saíram quebrando tudo o que viam pela frente e acabaram presos na manhã seguinte numa operação conjunta das Forças Armadas e a Polícia Militar do Distrito Federal, já sob intervenção federal. Foi decretada a prisão de Anderson Torres, bolsonarista deslocado para a Secretaria de Segurança do GDF e o afastamento do governador Ibaneis Rocha.

Há pelo menos 13 requerimentos para ouvir Mauro Cid em pauta. Um deles é assinado pela relatora da comissão. Os pedidos variam entre convite e convocação. Se convocado, Mauro Cid, em tese, seria obrigado a comparecer.

“Sua prisão vai contra a defesa da democracia e da liberdade de imprensa”, afirmou o presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou neste sábado (10), por meio de suas redes sociais, que está muito preocupado com a possibilidade iminente de extradição do jornalista Julian Assange para prisões nos Estados Unidos.

“Vejo com preocupação a possibilidade iminente de extradição do jornalista Julian Assange. O repórter investigativo fez um importante trabalho de denúncia de ações ilegítimas de um Estado contra outro. Sua prisão vai contra a defesa da democracia e da liberdade de imprensa. É importante que todos nos mobilizemos em sua defesa”, disse Lula.

Fundador do site WikiLeaks, Assange denunciou crimes de guerra do governo americano e foi preso pelo governo inglês a pedido da Casa Branca. Ele é um preso político e está atualmente detido no Reino Unido

sob falsas acusações. A Justiça inglesa acaba de decidir pela sua extradição para os Estados Unidos.

Segundo sua esposa Stella, Julian Assange apresentará um novo recurso ao Supremo Tribunal do Reino Unido, após a decisão de outro juiz que rejeitou sua moção anterior e abriu caminho para entregar o fundador do WikiLeaks ao governo americano. Tanto ela quanto Lula pedem que o mundo inteiro proteste contra a decisão da Justiça inglesa.

O recurso anterior de Assange da ordem de extradição de junho de 2020 foi rejeitado no início desta semana. Em 6 de junho, o juiz Jonathan Swift, da Suprema Corte da Inglaterra e do País de Gales, rejeitou todos os oito fundamentos de sua moção, dando ao editor do WikiLeaks um prazo de cinco dias para apresentar seu caso a um painel de dois juízes.

Lula pede plena participação da União na Eletrobrás, defende AGU junto ao STF

Na avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a privatização da Eletrobrás impõe grave “lesão ao patrimônio” e ao “interesse público”.

Nas informações encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo, na segunda-feira (5), relativas à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 7385, que trata da participação da União no controle da Eletrobrás, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que o chefe do Executivo considera que “a desestatização da Eletrobrás não pode significar um alheamento da gestão da empresa às políticas públicas que pretendem assegurar acessibilidade e regularidade no fornecimento de energia à população brasileira, sobretudo a mais carente”.

De acordo com a AGU, no documento o presidente da República alertou ser “indispensável que a empresa dê apoio operacional para a continuidade de relevantes políticas públicas” como os programas de universalização da energia Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, dentre outros.

Lula defendeu, ainda, que “cabe à União zelar pelo patrimônio público investido na empresa, contribuindo para sua administração de modo proporcional ao percentual de ações detidas, evitando risco operacional para o setor energético ou mesmo perda patrimonial diante do capital público investido – o que não tem sido possível, visto que a participação do ente na gestão da companhia tem sido inviabilizada”.

Em 2023, a meta do governo é viabilizar o acesso à energia elétrica para 104 mil famílias, 25% do total descoberto.

De acordo com a Lei de privatização da Eletrobrás de Bolsonaro (Lei 14.182/2021), não importa quantas ações ordinárias um determinado acionista possua na hora de votar na Assembleia Geral, pois qualquer acionista só pode votar com no máximo 10% de participação. Com esta regra, a União, isto é, o Estado, que manteve cerca de 42% das ações ordinárias, não tem o direito de voto proporcional a essa participação.

Ou seja, na prática, nas decisões de voto na Eletrobrás, a norma reduz ao mínimo o interesse público, mas maximizou os interesses do setor privado, já que os fundos estrangeiros e especuladores nacionais do setor elétrico somaram juntos forças para garantir o que lhes importa:

Lira empregou na CBTU familiares de seu ex-assessor do esquema corrupto dos kits robótica

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), empregou familiares de seu ex-assessor Luciano Cavalcante, investigado no esquema milionário dos kits de robótica, na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Lira domina os cargos de confiança no órgão desde o governo Temer e usou a estatal para empregar os familiares de seu ex-assessor corrupto.

O irmão de Luciano, Carlos Jorge Ferreira Cavalcante, é superintendente da CBTU em Maceió, capital de Alagoas, e recebe um salário de R\$ 19,4 mil.

Segundo o Estadão, Carlitos, como é conhecido Carlos Cavalcante, foi indicado para a superintendência da CBTU em Maceió por conta de sua proximidade, e de seu irmão, com Arthur Lira e Biu de

buscar elevar os lucros da empresa, de forma rápida, por meio das altas tarifas à população e de corte de investimentos (o que resulta sempre na entrega de péssimos serviços à população).

A AGU sustenta que a regra limitadora do direito de voto gera ônus desproporcional à União e grave lesão ao interesse público, além de clara violação ao direito de propriedade do ente federativo, “aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, e de diversos mandamentos constitucionais que regem a atuação da Administração Pública”.

Além disso, a AGU ressalta que a regra se restringe apenas ao direito de propriedade da União, única acionista a possuir ações em volume superior a dez por cento das ações ordinárias. “Assim, a regra veio apenas a malferir os direitos políticos da União em favor dos demais acionistas minoritários da companhia”.

No documento ao STF, ainda, o presidente Lula citou casos de privatizações de empresa de energia de outros países, como “os Estados francês e italiano mantêm seus direitos políticos, bem como a plena participação na administração das empresas de energia elétrica privatizadas, ao contrário do que vem ocorrendo no Brasil em relação à Eletrobrás. Na França, o Estado mantém 23,64% de participação no capital social na Engie, enquanto que na Itália foi mantida participação de 23,6% na Enel”.

O presidente da República também destacou que a tramitação legislativa da desestatização da Eletrobrás foi conturbada, com intensa controvérsia no debate parlamentar, “de maneira que, no âmbito do Senado Federal, a matéria foi aprovada por uma diferença apertada de apenas cinco votos (42 x 37 votos) – o que revela a complexidade das discussões que envolvem o tema e a necessidade dos diferentes interesses envolvidos serem submetidos a uma cuidadosa análise”.

Na petição dirigida ao STF, a AGU esclareceu que ação não tem como finalidade a reestatização da Eletrobrás, mas sim o resguardo do interesse público, por meio de “assegurar o direito da União de votar, como acionista da Eletrobrás, de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa”. O ministro Kassio Nunes Marques é o relator do caso no STF.

Lira, pai do presidente da Câmara e prefeito de Barra de São Miguel.

Carlos Cavalcante fez campanha para Arthur Lira nas eleições de 2014, 2018 e 2022. Em 2021 e 2023, ele esteve em Brasília para comemorar a eleição de Lira para presidente da Câmara dos Deputados.

A esposa de Luciano Cavalcante, Gláucia Maria de Vasconcelos Cavalcante, também tem um cargo na CBTU por conta de Lira. Ela é gerente regional de Planejamento e Engenharia da estatal e tem um salário de R\$ 13,3 mil.

Assim como Luciano, Gláucia já foi assessora de Arthur Lira na Câmara dos Deputados.

Toda a família de Luciano Cavalcante faz campanha para Arthur Lira na cidade de Atalaia, que tem 47 mil habitantes e fica a menos de 50km de Maceió.

Indiciados pelas mortes de Bruno e Dom trocaram 419 ligações, diz PF

Investigação da PF sobre os cruéis assassinatos identificou que ligações foram realizadas entre 1º de junho de 2021 e 6 de junho de 2022, um dia após a morte de Bruno Pereira e de Dom Phillips

A Polícia Federal (PF) indiciou novamente Rubens Villar, conhecido como “Colômbia”, como mandante da morte do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. O duplo assassinato aconteceu no Vale do Javari, no Amazonas, há um ano, em 5 de junho de 2022.

O suspeito já havia sido apontado como mandante dos crimes em janeiro, mas a PF aguardou mais quatro meses para reunir provas para o indiciamento de assassinato e ocultação de cadáver. Inicialmente Colômbia havia sido indiciado por uso de documento falso. Ele também é investigado por pesca ilegal e tráfico de drogas.

Outro indiciado pela polícia é o pescador Jânio Freitas de Souza, que foi uma das últimas pessoas com quem Bruno e Dom conversaram no dia dos brutais assassinatos e para quem Colômbia ligou reiteradas vezes.

Por meio da quebra de sigilo telefônico, a PF identificou que entre 1º de junho de 2021 e 6 de junho de 2022, um dia após a morte de Bruno e de Dom, “Colômbia” e Jânio trocaram nada menos do que 419 ligações. Por mais de uma ocasião, Jânio assegurou à polícia que conhecia “Colômbia” apenas de vista.

Segundo a PF, Villar estaria no comando de uma organização criminosa transnacional que praticava a pesca ilegal na região da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, fronteira com Peru e Colômbia. Ainda de acordo com as investigações, Amarildo da Costa Oliveira, o “Pelado”, já preso, Jânio Freitas e Amarildo também fariam parte da quadrilha.

O despacho assinado pelo Delegado da Polícia Federal, Francisco Vicente Badenes Júnior, descreve “Colômbia” como um comerciante de pescados e carne de caça no Peru e na Colômbia. Segundo a PF, o comerciante estaria no comando da organização criminosa e Amarildo era o seu “braço direito” na hierarquia do grupo, seguido de Souza, apontado como líder na comunidade São Rafael, localizada no rio Itacoai, na divisa com a terra indígena.

Foi nesse percurso entre essas duas comunidades que Bruno e Dom sofreram uma emboscada e depois foram assassinados.

“Pelado” e Jefferson da Silva, o “Pelado da Dinha”, são réus confessos. Eles admitiram às autoridades policiais que mataram, esquarteraram e queimaram os corpos de Bruno e Dom, escondendo os restos mortais na floresta que margeia o rio Itacoai. Também foi preso um terceiro suspeito, Oseney da Costa Oliveira, irmão de “Pelado” e conhecido como “Dos Santos”. Ele nega a participação nos crimes.

O despacho de indiciamento aponta que “Pelado” e Jânio se organizaram de forma estruturada com o objetivo de praticar a caça e pesca ilegais, e agiam de forma violenta, inclusive com o uso de armas, para praticar crimes ambientais e fazer contrabando dos produtos para Colômbia e Peru.

Em dezembro do ano passado, a PF chegou a prendê-lo novamente, mas não por causa dos assassinatos. Em janeiro, a PF já havia indicado que “Colômbia” havia mandado assassinar Bruno e Dom. Desde o início das investigações, lideranças indígenas da Terra Indígena Vale do Javari já o apontavam como um dos mandantes.

“Nós temos, comprovadamente, ele [‘Colômbia’] fornecendo as munições que foram utilizadas no crime. Nós temos o pagamento que ele realizou para o advogado. Temos a ligação que ele realizou na sexta-feira [dia 3 de junho], véspera dos crimes para um dos investigados. No dia do crime, há a tentativa dele ligar para o criminoso” disse o superintendente da PF do Amazonas, à época, Eduardo Fontes. “Temos vários elementos que o apontam”, assegurou o delegado.

Atualmente, o processo está em fase de instrução, etapa que as testemunhas e os réus são ouvidos pela Justiça. Os três acusados já foram interrogados, mas serão ouvidos novamente pelos investigadores. Antes o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) autorizou a oitiva de mais testemunhas.

Passado um ano do cruel assassinato que chocou o Brasil e o mundo, a insegurança e o medo seguem presentes no Vale do Javari. Caça predatória, pesca ilegal, derrubada de árvores, tráfico de drogas e aliciamento de pessoas das comunidades indígenas, além da falta de meios tecnológicos e de recursos financeiros, são dificuldades enfrentadas pelas comunidades da TI.

“Aquela região, quem não aceita o aliciamento e a intimidação dos agentes do narcotráfico é ameaçado e até morto. Muitas destas violências sequer são relatadas oficialmente para evitar represálias e mais mortes”, diz reportagem do site Amazônia Real, que em março visitou a região e acompanhou uma expedição dos Guerreiros da Floresta, pela mata.

No Médio Javari, um rio de fronteira, que divide Brasil e Peru, segundo o portal, o narcotráfico e o roubo de madeira pressionam as aldeias. “Para tentar combater a ilegalidade no Médio Javari estão os Kanamari, que criaram o grupo Guerreiros da Floresta, formado por 36 homens”, informa a reportagem.

Eles se revezam nas ações de vigilância da região em expedições periódicas, com recursos próprios, sem apoio de políticas públicas. “Em vez de serem protegidos, eles têm de garantir a própria proteção”, diz trecho do reportagem.

O jornalista britânico reunia informações para um livro que escrevia sobre a Amazônia. O livro “Como Salvar a Amazônia” buscava contar a história de defensores da floresta e dos direitos indígenas na floresta amazônica.

Já Bruno havia prometido ajudar os Guerreiros da Floresta a organizar a sua defesa e resistência. No último encontro que ele teve com os Kanamari, disse que iria passar 15 dias com a família dele e depois voltaria para a região, onde daria uma atenção especial às ações no Médio Javari.

A intenção era ensinar ao grupo ações para enfrentar as ameaças, tal como havia ensinado aos integrantes de outro grupo indígena que organizou sua autodefesa, mas os planos foram interrompidos devido ao seu assassinato.

“O finado Bruno ajudou em apoio de logística, de conscientização. Ele falou pra gente que não esperaríamos do governo [Bolsonaro] naquele momento. Que éramos muito inteligentes para cuidar de nosso território”, lembra Kora Kanamari, liderança indígena.

“O Bruno era melhor para a gente. Ele gostava da nossa terra, andava com a gente. Ia para um lugar, por cima, e lavava lá adiante. Era bem dizer nosso irmão, nosso parente. Ele cantava, brincava, tomava ayahuasca junto com nós, comia com a gente”, lembra Mauro Kanamari, outro líder indígena.

No último dia 5 – há exato um ano das mortes – manifestantes realizaram atos em seis cidades brasileiras em memória a Bruno e Dom. Os atos ocorreram no Rio de Janeiro, Brasília, Campinas, Belém, Salvador e Atalaia do Norte (AM).

Na data, o governo federal anunciou a liberação de R\$ 3 milhões para combater situações de vulnerabilidade dos povos indígenas na Amazônia e conter ações do narcotráfico na região.

A medida faz parte de uma estratégia nacional lançada nesta semana, em Brasília. A ideia é fortalecer essas populações tradicionais contra os efeitos do tráfico, além de evitar e conter a atuação das organizações criminosas nesses territórios.



Colômbia e Pelado estão ligados ao tráfico na região do Vale do Javari



Lideranças estudantis de toda a cidade defenderam mobilização total

Encontro de grêmios da UMES-SP convoca Dia do Estudante pela revogação da reforma do Ensino Médio

Lideranças de grêmios estudantis da cidade de São Paulo aprovaram nesta terça-feira (06) mobilização total pela revogação da reforma neoliberal do Ensino Médio. “Vamos tomar a Paulista no 11 de agosto, Dia do Estudante, contra a reforma que está destruindo a nossa juventude”, convocaram os estudantes da cidade de São Paulo.

O Encontro de Grêmios da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo lotou o auditório do Sindicato dos Profissionais de Saúde de São Paulo (SinSaúdeSP), com mais de 300 estudantes de mais de 100 grêmios estudantis da capital paulista. Na pauta principal do encontro, as ações dos estudantes pela revogação da reforma do Ensino Médio, realizada pelo governo Temer sem qualquer diálogo com a sociedade e que precariza a educação nas escolas brasileiras.

“São lideranças de toda a cidade de São Paulo que vão mobilizar as suas escolas no 11 de Agosto, dia do Estudante pra lutar a Paulista e dizer não à reforma que sucateou ainda mais a Educação do nosso país”, avaliou o presidente da UMES, Lúcia Gidra, ao celebrar o sucesso do encontro.

A inclusão do Fundo de Educação Básica (Fundeb), responsável pelo financiamento das escolas brasileiras, na política de limitação de gastos do “arcabouço fiscal” pela Câmara dos Deputados, também foi criticada pelas lideranças estudantis presentes.

Na abertura do encontro, o presidente da UMES denunciou o caráter neoliberal da reforma do Ensino Médio que impede o acesso dos estudantes à Educação. “Ao invés de discutir o investimento na infraestrutura das escolas, de avançarmos no

ensino técnico, de termos uma grade curricular que garanta a entrada dos jovens nas universidades... Temos estes itinerários que não servem para nada, que ensinam os jovens a fazer brigadeiro e os colocam em um falso empreendedorismo onde ele é o responsável por tudo o que acontece”, criticou Lucca.

“A gente não tem tempo a perder. Cada minuto que passa é um minuto que a gente tem que utilizar para detonar essa reforma de Ensino Médio e para detonar todos os ataques feitos contra a nossa educação”, destacou Lucca. “Pra gente revogar a reforma do Ensino Médio a gente precisa de uma coisa importante que é decisão”, convocou o líder estudantil.

Ao longo do debate, os estudantes também repudiaram os cortes do governo Tarcísio de Freitas no orçamento na educação de São Paulo e o fechamento de mais de 300 salas de aula das escolas estaduais. Também foi lançada a campanha estudantil “A SABESP É NOSSA: NÃO A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA!”, em repúdio à tentativa de Tarcísio de entregar a estatal de saneamento paulista.

A abertura do Encontro de Grêmios contou com forte representação de lideranças do Estado de São Paulo. Dentre eles a presidente da UBES, Jade Beatriz; a presidente da UPES, Luiza Martins; os vereadores Nina Zarattini e Hélio Rodrigues, ambos do PT; do deputado estadual Miguel Cortez; e as co-deputadas Sirlene Maciel e Paula da bancada feminista do Psol na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Além dos dirigentes sindicais, Jefferson Caproni, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de São Paulo (SindiSaúdeSP), Jefferson Caproni; e José Faggiani, presidente do Sindicato dos

Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintema-SP).

REVOGAÇÃO DA REFORMA

A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Jade Beatriz, destacou a luta dos estudantes em defesa da escola pública e gratuita para todos e ressaltou a necessidade da revogação do Novo Ensino Médio para alcançar este objetivo. “Este modelo vai contra o princípio fundamental da democracia educacional”, disse Jade.

“A reforma do Ensino Médio ataca diretamente o acesso dos estudantes da escola pública à educação de qualidade. Temos escolas com estrutura precária, chovendo dentro das salas de aula... E isso que deveria estar em pauta. E não os itinerários que não ensinam nada aos estudantes”, destacou a presidente da UBES.

Ex-secretário de Educação da cidade de São Paulo, o sociólogo César Callegari, destacou que a revogação da reforma do Ensino Médio só será possível com a mobilização dos estudantes. “Os governos só se movem sob pressão. E isso é verdade também paro governo federal que tem que lidar com muitas contradições, inclusive com uma base parlamentar extremamente conservadora no Congresso Nacional. Então, tem que pressionar. É correta e legítima a pressão para o cancelamento da reforma, desse chamado novo ensino médio. Agora, a anulação desse novo ensino médio depende de uma nova proposta, isso que é o nosso grande desafio, somente uma nova proposta pode revogar esse novo ensino médio”, afirmou Callegari.



Morador de rua foi amarrado por PMs após furtar caixa de chocolate

“Não foi uma abordagem policial, foi tortura”, crítica ouvidor das polícias de SP

O ouvidor das polícias de São Paulo, Claudio Aparecido da Silva, conhecido como Claudinho, definiu como tortura o caso em que dois policiais militares amarraram um suspeito pelas mãos e pelos pés e o arrastaram. O caso aconteceu no domingo (4), na Vila Mariana, Zona Sul de São Paulo.

Os PMs usaram uma corda para prender um homem de 32 anos. Ele era suspeito de ter furtado alimentos de um supermercado. “Eles poderiam, no limite, algemar as pernas dele, não precisaria amarrar e fazer daquela forma amarrar arrastar aquilo é tortura aquilo não é abordagem policial”, afirmou o ouvidor.

Vídeos mostraram o momento em que os dois policiais arrastam e jogam o homem, primeiro em uma maca e, depois, no camburão da viatura. A PM afastou os dois homens.

Um inquérito foi aberto para apurar a conduta dos agentes de segurança.

Claudinho disse que pedirá providências tanto para a Corregedoria Polícia Militar, pela ação dos dois homens, quanto à da Polícia Civil, por não impedir que o homem permanecesse duas horas preso dentro da viatura, que estava parada na delegacia.

De acordo com o boletim de ocorrência, o funcionário do mercado contou que três pessoas entraram no comércio na Zona Sul por volta das 23h30 e levaram produtos. O rapaz indicou as roupas dos suspeitos e para onde eles teriam corrido.

“Os policiais estavam numericamente superiores ao autor do delito. Os policiais tinham outras condições para poder render a pessoa que estava sendo rendida e encaminhá-la à unidade de saúde. Não precisaria ser daquela forma”, disse o ouvidor.

Uma das medidas a serem tomadas por Cláudio Aparecido da Silva será solicitar as imagens das câmeras nos uniformes dos PMs à Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, administrada por Guilherme Derrite no governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“Vamos pedir câmeras da abordagem inicial e as câmeras da unidade de saúde para que isso possa ensejar uma apuração mais qualificada e uma postura exemplar da Corregedoria em relação a esse caso, que é um caso bastante estarrecedor”, disse.

“As imagens significam uma postura de barbárie por parte daqueles agentes públicos que não deveriam ter atuado dessa forma em um atendimento a um cidadão, mesmo que em conflito com a lei”, continuou.

Para o ouvidor, pode acontecer até a expulsão desses policiais, de acordo com o que o órgão técnico definir após as apurações.

“Estamos sugerindo à Corregedoria da Polícia Militar que instaure um procedimento e também instauramos um procedimento na ouvidoria para acompanhar o procedimento da corregedoria; nesse nosso procedimento, estamos pedindo as cópias das câmeras corporais dos policiais e estamos pedindo para a Polícia Civil para providenciar imagens da unidade de saúde, do local da ocorrência e onde a vítima foi abordada”, afirmou.

Concessionária privada é notificada pelo Procon da Bahia após apagão no Aeroporto de Salvador

O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) da Bahia, órgão ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado (SJDH), informou que notificou nesta quarta-feira (7) a concessionária responsável pelo Aeroporto de Salvador por ter ficado seis horas sem voos por conta de problemas que começaram na noite da terça-feira (6). O Procon pede que a concessionária preste esclarecimentos sobre o episódio.

Segundo o órgão, a concessionária Vinci, que assumiu o aeroporto após a privatização, tem prazo de dez dias para apresentar as informações e justificativas, com documentos que comprovem o que dizem, contados a partir da notificação. Os itens apresentados serão então analisados pelo Procon, que poderá abrir um processo administrativo se identificar que houve infração às normas do consumidor. A punição pode ser uma multa.

O Procon diz que quer saber “objetivamente” o que levou ao cancelamento de voos, quando os serviços foram restabelecidos e como os consumidores prejudicados foram tratados. Além disso, também quer informações sobre quantos voos foram cancelados e quais as companhias aéreas afetadas. A medida é adotada em cumprimento ao dever do órgão de fiscalizar o mercado de consumo no estado da Bahia.

A concessionária Vinci informou que recebeu a notificação e vai aguardar a finalização da avaliação técnica para prestar esclarecimentos ao órgão competente.

Ao todo, segundo a concessionária, 45 voos foram afetados, sendo 44 cancelados e um atrasado. A empresa informou que ainda está investigando a causa da falha operacional. “O aeroporto lamenta o transtorno causado e já está investigando as causas da instabilidade ocorrida em seu sistema de balizamento”, diz a nota enviada pela empresa Vinci.

‘Conselho de autorregulação seria a privatização do Ministério do Trabalho’



Geraldo Macela/Agência Senado



Antonio Cruz/Agência Brasil

Dois terços da população excluída do mercado de trabalho são mulheres, aponta pesquisa

Uma pesquisa da Sociedade de Economia da Família e do Gênero (Gefam), com base em dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE, mostra que as mulheres ainda sofrem, de forma mais acentuada do que os homens, os efeitos econômicos da pandemia no mercado do trabalho.

Fortemente atingidas pelo desemprego e com mais dificuldades de retomar a busca por uma ocupação, 26,1 milhões de mulheres estavam excluídas da força de trabalho, ou seja, não estavam nem procurando emprego, no final de 2022. O índice representa dois terços do total de brasileiros, com os homens somando 12,7 milhões.

A pesquisa, divulgada pelo Jornal O Globo, mostra que, enquanto os homens já voltaram ao patamar de participação no mercado de trabalho do período pré-pandemia, as mulheres encontram mais barreiras. Conforme os dados do estudo, a População Economicamente Ativa (PEA) – pessoas que trabalham ou procuram emprego – de homens, em 2019, era de 55,5 milhões. Com a pandemia, caiu para 21,7 milhões em 2020. E no ano passado, o índice superou o patamar pré-pandemia e chegou a 55,8 milhões. Entre as mulheres, eram 45 milhões em 2019,

caindo para 39,5 milhões em 2020. Em 2022, o índice permaneceu abaixo da pré-pandemia, com 44,6 milhões.

Segundo a pesquisa do Gefam, o que mais pesa para as mulheres desistirem de procurar trabalho são o cuidado com os filhos e o trabalho doméstico. Em 2022, quase 44% das que se afastaram do mercado de trabalho disseram que precisaram ficar em casa. Entre os homens, esse índice foi de apenas 10%.

Uma outra pesquisa, intitulada “Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, realizada pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE), também revela que, sem suporte para o cuidado com os filhos, cai a participação das mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa aponta que metade das mulheres com a trajetória profissional analisada no estudo estava fora do mercado de trabalho 12 meses após o início da licença-maternidade.

De acordo com a doutora em economia e professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), Lucilene Morandi, “dos 25 aos 44 anos, as mulheres perdem competitividade no mercado de trabalho, já que saem dos empregos para cuidar das crianças, quando não têm apoio para esse cuidado ou condições

financeiras para pagar por isso; ou partem para empresas de menor qualificação, ou de período parcial”.

E o que também revela a pesquisa do Gefam, segundo a qual o cenário é ainda pior para mães solo com filhos pequenos, muitas vezes as únicas responsáveis pela renda de subsistência de suas famílias. Os dados mostram que “a participação desse grupo no mundo profissional vinha aumentando desde 2015, mas voltou a cair”.

Dados do 3º trimestre de 2022 da Pnad Contínua revela também que o rendimento médio real mensal das mulheres ocupadas nesse período era 21% menor do que o dos homens. “Os indicadores mostraram o que se vivencia na prática: um contingente de mulheres que ganha menos se insere de forma precária e leva mais tempo em busca de colocação no mercado de trabalho. Esse quadro faz com seja perpetuada a situação de vulnerabilidade não só da mulher chefe de família, mas de todos os familiares, com a transferência de milhares de crianças e jovens da escola para o mercado de trabalho, para que contribuam com a renda da família”, afirma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).



HP

CHARGE DO ÉTON



“Juros altos estão sangrando o país”, denunciam centrais, que definem agenda de mobilizações

As centrais sindicais se reuniram nesta terça-feira (6), na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo, para definir as ações que serão realizadas na Jornada de Lutas contra os juros altos.

Os sindicalistas definiram um calendário de mobilizações para pressionar o Comitê de Políticas Monetárias (Copom) do Banco Central a reduzir a taxa básica de juros (Selic), que atualmente está em 13,75% ao ano.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, explica que o objetivo da Jornada de Lutas contra os juros altos é chamar atenção da sociedade e pressionar os membros do Banco Central sobre a importância de baixar os juros. “Juros altos sangram o país e inviabilizam o desenvolvimento. O pagamento de juros, por parte governo, consome e restringe consideravelmente as possibilidades de crescimento do país, bem como os investimentos em educação, saúde e infraestrutura, entre outros”, alerta o líder sindical.

Para Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), nada justifica a atual taxa de juros. “Essa política atende ao receituário do mercado, dos bancos e da especulação. A decisão revela uma completa submissão do Copom aos interesses dos rentistas e um evidente boicote ao presidente do Brasil, que já apontava a necessidade urgente de uma mudança de rota na macroeconomia”.

“A manutenção das mais altas taxas de juros do planeta Terra se constitui em um ato irresponsável e de claro boicote ao esforço governamental e empresarial, mas principalmente às lutas e reivindicações das organizações sindicais. Irresponsabilidade que explicita o erro de conferir autonomia a um Banco Central, cujo presidente é fiel ao governo anterior, que aposta no fracasso do atual governo, e inimigo do povo brasileiro”, diz trecho de nota publicada pela CUT.

As centrais alertam que a diminuição da taxa de juros é fundamental para ajudar a gerar mais empregos, melhorar os investimentos na indústria, no comércio e aumentar o crédito.

A primeira ação das entidades será o lançamento da jornada com um dia de assembleias, panfletagens, tuitagens e atos em diversas cidades do país, no dia 16 de junho.

Para o dia 20 estão marcados protestos em frente ao Banco Central em todos os Estados onde houver sede. Em São Paulo, o ato transcorrerá em frente ao Banco Central, na Av. Paulista, 1804, a partir das 10 horas.

“INSS perdeu mais da metade do seu quadro de funcionários nos últimos anos”, afirma presidente do órgão

O presidente interino do Instituto Nacional do Serviço Social (INSS), Glauco André Fonseca Wamburg, declarou que a instituição enfrenta graves dificuldades para enfrentar a fila de espera para a concessão de benefícios. Segundo o último dado do Boletim Estatístico da Previdência Social, a fila subiu de 930 mil em dezembro de 2022 para 1,2 milhão em março de 2023.

De acordo com Fonseca, o instituto foi alvo de uma redução drástica do quadro de servidores durante a pandemia, sem investimento e preparação dos funcionários para atendimento remoto, Fonseca ressalta, também como consequência do desmonte, os cortes de 41% no orçamento do órgão feitos por Bolsonaro apenas em 2022 e o fechamento de mais de 500 agências.

Para tentar resolver a situação, o Ministério da Previdência cobra do Ministério da Gestão e Inovação a nomeação dos aprovados em concurso para técnicos do INSS, que até o momento não

foram chamados. Serão 1 mil vagas preenchidas nesse processo, e Glauco acredita que essas pessoas sejam nomeadas em “pouquíssimo tempo”.

O INSS tem vivido uma verdadeira crise nos últimos anos, sendo promessa do presidente Lula, durante a campanha eleitoral, reduzir e até zerar a fila de espera por um benefício previdenciário. Os principais prejudicados são aqueles que precisam passar por perícia médica antes de ter a liberação do seu benefício. É o caso de quem solicita auxílio doença, auxílio acidente, aposentadoria por invalidez e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Apenas o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, representa 34% das pessoas que aguardam na fila.

Desde 2019, os peritos médicos não são mais considerados funcionários do INSS, compondo quadro do Ministério da Economia, desde que a Lei 13.846/2019 criou a carreira dos Peritos Médicos Federais. O Ministério tem encontrado dificuldades pela falta desses profissionais, bem como na dificuldade em fazer perícias por meio de atendimento remoto, conforme determinou o Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse último caso, a principal barreira é uma orientação contrária do Conselho Federal de Medicina (CFM), que alega “infração ética”.

Para Artur Bueno, presidente da CNTA, sistema confederativo deve ser mantido

Em entrevista exclusiva ao HP, Artur Bueno de Camargo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), que tem na base 1,5 milhão de trabalhadores, declarou que a vitória de Lula abre a possibilidade de reconstrução e de avanços no sistema de representação dos trabalhadores. Artur também foi coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que reúne a maioria das confederações brasileiras.

Para o presidente da Confederação, a unidade sindical e o sistema confederativo devem ser mantidos: “São reconhecidos no mundo inteiro. Os dois são inseparáveis e se complementam”, asseverou. “Algumas centrais acham que a representação dos trabalhadores não deve prosseguir com o sistema confederativo. E não adianta dizer ‘eu apoio’, ‘eu vou manter a unidade sindical’, mas criar um conselho de autorregulamentação só das centrais”.

Artur contou que o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se dispôs a mediar o diálogo entre as confederações e as centrais. Os representantes das confederações estiveram com o ministro e pleitearam também a participação do Fórum Sindical dos Trabalhadores no Grupo de Trabalho de Reforma Sindical, criado pelo presidente Lula.

Na opinião de Artur, “nós temos que buscar o entendimento. Isso é o melhor de tudo. Focar naquilo que é melhor para os trabalhadores”. Se a leitura valeu a pena até aqui, tem muito mais a seguir, na íntegra da entrevista.

CARLOS PEREIRA

HP – Qual sua expectativa do governo Lula para o movimento sindical?

Artur Bueno – Nos últimos seis anos, o movimento sindical sofreu ataques diretos contra a organização dos trabalhadores visando abrir a porteira e deixar passar a boiada, isto é, tirar o máximo possível de direitos dos trabalhadores e adiantar o serviço para as multinacionais que por aqui se instalaram.

A vitória eleitoral do Lula, nesse terceiro mandato, trouxe a possibilidade de reconstruirmos muito do que foi destruído no terreno da representação dos trabalhadores e mesmo avançarmos, evidentemente, jogando fora apenas a água suja, sem perder o que é a essência, os melhores sistemas de representação dos trabalhadores, o sistema de unidade sindical e o sistema confederativo. Esses não são reconhecidos só no Brasil, são reconhecidos no mundo inteiro como muito melhores, porque trazem a representatividade do conjunto da categoria profissional.

HP – As confederações sistematizaram essas opiniões?

A.B – O Fórum Sindical dos Trabalhadores reuniu 22 confederações, da área privada e da área pública. Construiu o Projeto de Lei 5552, com uma série de modernizações e mantém o sistema confederativo. O deputado federal Luiz Carlos Mota, comerciante, é o relator do projeto, sobre o qual podemos construir um entendimento, embora haja algum entendimento que a unidade sindical é possível. Só que o sistema confederativo e a unidade sindical andam juntos.

HP – E o que dizer das confederações em relação às centrais?

A.B – Nós reconhecemos que as centrais têm um papel fundamental, mas não fazem parte da pirâmide sindical. Não são o topo, porque não representam o

conjunto das categorias profissionais. Têm o papel de representação política dos sindicatos a elas filiados.

HP – Mas as centrais, mesmo de forma tímida, falaram em manter a unidade sindical...

A.B – Não adianta dizer ‘eu apoio’, ‘eu vou manter a unidade sindical’, e criar um conselho de autorregulamentação das centrais. Não faz sentido um grupo de centrais querer dizer às representações de trabalhadores, confederações, federações e sindicatos, o que podem e o que não podem fazer. Esse é o ponto mais crucial. E quem não é filiado a nenhuma central? Acredito que a gente possa criar organismos de regulamentação, mas não com esse tipo de composição.

HP – Parece que as atribuições do conselho das centrais seriam as que estão hoje sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho?

A.B – A partir do momento em que você substitui o público, o estatal, mais concretamente o Ministério do Trabalho, por um órgão corporativo, particular, ou seja, pelo conselho de autorregulação, você está estimulando a divisão, a concorrência. Seria a privatização do Ministério do Trabalho. E se, pelo rodízio, estiver da direção do conselho uma central que é desafeta de um sindicato em conflito de representação? Vai, de um jeito ou de outro, dar o que falar.

A solução é entregar a decisão ao maior interessado, a quem realmente importa o desmembramento ou a extensão da base de um sindicato: os trabalhadores. Seja por assembleia com quórum qualificado seja outra forma de apuração da vontade coletiva. Esse é o principal método de solução de conflito.

Dá também para definir alguns parâmetros do estatuto. O que não dá é jogar todo universo de questões na mão de um conselho formado por indivíduos com interesses particulares.

HP – Qual a diferença das funções do sindicato, da federação, da confederação e da central?

A.B – Essa é outra questão. Eles dizem que prevalece a eleição nacional. O Brasil é um país continental. A demanda do Norte é completamente diferente no Sul. Na pandemia, nós fizemos negociações nacionais, mas com o aval do sindicato. Chegamos a um denominador comum, não em termos salariais, mas na saúde e na Segurança de Trabalho. Para mim, a negociação tem que se dar na base. São os sindicatos que têm que fazer a negociação. Nós, federações, confederações e centrais, temos que dar apoio.

HP – As confederações e o Fórum vão insistir na unidade com as centrais?

A.B – Os representantes das confederações estiveram com o ministro Marinho, com objetivo de pleitear a participação do Fórum Sindical dos Trabalhadores no GT [Grupo de Trabalho] de Reforma Sindical, criado pelo presidente Lula. Acreditamos que ele compreendeu a importância da pirâmide sindical no sistema de unidade e confederativo. Se dispôs a mediar o diálogo entre as confederações e as centrais.

Será muito ruim se as representações sindicais não chegarem a um acordo. Eu, até por não estar filiado a nenhuma central, tenho procurado conversar com todas e com vários presidentes. Nós temos que buscar o entendimento. Isso é o melhor de tudo. Temos que aproveitar que tem um governo agora que dá espaço para discutir, e com isso reestruturarmos e melhorarmos nossa representação. Focar naquilo que é melhor para os trabalhadores.



Presidência

Multidão ocupa as ruas de Bogotá
Colombianos ocupam as ruas em apoio às reformas sociais do governo de Gustavo Petro

Convocados pelas centrais sindicais e movimentos populares, centenas de milhares de colombianos ocuparam as ruas de Bogotá, Cali, Medellín, Barranquilla, Ibagué e mais de 200 cidades dos 32 departamentos do país nesta quarta-feira (7) para exigir do Congresso Nacional a aprovação das reformas trabalhista, previdenciária e da saúde apresentadas pelo presidente Gustavo Petro.

Na capital, a “Toma de Bogotá” reuniu uma multidão que lotou a praça Bolívar e inundou várias quadras nas imediações com cartazes e faixas respaldando o presidente, que se fez presente ao lado da vice-presidente, Francia Márquez, de ministros e do presidente do Congresso Nacional, Alexander López Maya (do governista Pacto Histórico).

As centrais sindicais, confederações de aposentados e pensionistas e organizações comunitárias aplaudem o sentido “progressivo” das reformas. No caso da saúde, esclarecem, “busca recuperar direitos, remover privilégios dos poderosos grupos privados e retirar do negócio do grande capital financeiro os 84 trilhões de pesos (cerca de US\$ 20 bilhões) em saúde que manipulam atualmente as Entidades Promotoras de Saúde (EPS) e os 360 trilhões de pesos (US\$ 95 bilhões) das Administradoras de Fondos de Pensão (AFP)”.

Entre outros avanços, explicam as entidades, “a reforma trabalhista introduz estabilidade no emprego, redução da terceirização e intermediação de mão de obra, pleno exercício das liberdades sindicais, direitos de associação, negociação coletiva, e garantia do direito de greve”. Além disso, regulamenta o trabalho rural, doméstico e dos entregadores. E por fim, recupera o adicional noturno a partir das 18 horas, 100% dos domingos e feriados e o contrato de aprendizagem como emprego.

A cobertura previdenciária é ampliada para reduzir a pobreza, fortalecer a Administradora Colombiana de Pensões (Colpensiones), atender os mais vulneráveis por meio de renda na velhice e para o Estado melhorar suas condições fiscais. “É uma reforma para pagar dívidas sociais, superando a concorrência entre os regimes criados pela lei privatizadora 100/93, estabelecendo uma complementaridade”, comemoram as lideranças sindicais e populares.

“E por conta dos inúmeros avanços apontados que há uma campanha midiática dos poderes econômicos e políticos do establishment neoliberal e da extrema direita contra o governo de Petro, pois são reformas essenciais para a justiça social e o desenvolvimento do país”, assegurou o presidente da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), Francisco Maltés. De acordo com Maltés, “a força desta mobilização demonstra o enorme respaldo popular ao projeto de Petro, impulsionando para que tramitem mais rapidamente no Congresso Nacional”. Finalmente, apontou, “exige dos setores que querem derrubar o presidente com um golpe de Estado que respeitem a institucionalidade, pois o povo está nas ruas”.

“UNIR PARA GOVERNAR”

O presidente Petro agradeceu o apoio e disse ser esta apenas “a antessala, o prelúdio, dos milhões que marcharão conosco”. Após destacar o significado de consolidar uma ampla frente com o princípio de “unir para governar”, o presidente se comprometeu a ampliar os direitos trabalhistas, garantir a previdência e a saúde públicas e de qualidade para o conjunto da população, e condenou os que se acostumaram aos “bacanais do poder” e “coquetéis com banqueiros”, “servindo ao grande capital e ao narcotráfico”.

Segundo o líder colombiano, é esta “máfia que praticou o genocídio, matando centenas de milhares em governos sanguinários e de fossas comuns” que vêm tentando sabotar “as mudanças que o país aprovou nas urnas”. Para isso, denunciou, em articulação com os “donos dos meios de comunicação”, buscam criar um clima para o golpe, inventando mentiras e forjando “pesquisas”.

CUT Colômbia, sindicatos e entidades populares nas manifestações pela aprovação das reformas sociais do governo (CUT Colômbia)

Sustentado nesta determinação popular, disse Petro, “chegarei até onde vocês quiserem, porque este governo está a serviço do povo”. Em consonância com este ideal, informou que irá avançar com mais duas reformas no próximo semestre: as da Lei 30 da educação superior; “para que a juventude tenha acesso ao direito de ser educado” e dos serviços públicos, “a fim de que o usuário seja priorizado” e não o proprietário privado. “Foram as reformas que nos gritavam nas praças antes de ganhar a Presidência. Esperamos que o Congresso saiba ouvir este apelo e este pedido respeitoso”, sublinhou.

Mas para que os avanços aconteçam e a Colômbia seja uma potência mundial de vida, reiterou o líder, “não tenham preguiza de sair às ruas”. “Este será o país da beleza e dos afetos, das mulheres e da juventude, da poesia e das palavras, em que ninguém morre de fome ou de sede. O povo colombiano não será mais escravo nem deixará colocar grilhões. Não daremos nenhum passo atrás!”, salientou Petro.

Para Francia Márquez, a intensidade e a vibração do evento são expressões da disposição de luta por “reformas que devolverão a dignidade ao povo colombiano”.

“Obrigado Colômbia por acompanhar o governo da mudança, obrigado pela firmeza, pela dedicação, pelo compromisso. Aqui estamos com a dignidade que sempre nos caracterizou, defendendo os direitos do nosso povo, do país, dos mais excluídos e marginalizados”, concluiu a vice-presidente.

LEONARDO WEXELL SEVERO

Kiev destrói a represa de Kakhovka e joga 40 mil ucranianos na inundação



Reprodução

Inundação coloca Kherson e Nova Kakhovka em estado de emergência

Canadá queima enquanto Trudeau manda 500 milhões à Ucrânia para aticar a guerra

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, apareceu sorridente neste sábado (10) ao lado de Zelensky em Kiev, numa coletiva de imprensa onde anunciou que seu governo está entregando 500 milhões de dólares canadenses (equivalente a R\$ 1,8 bilhão de reais na cotação atual) para que o regime de Zelensky prolongue a guerra.

Enquanto Trudeau passeia na Ucrânia, as florestas do Canadá continuam a queimar e o país recebe ajuda internacional para debelar os mais de 400 focos ativos de incêndio – mais da metade deles fora de controle. São mais de 1.000 bombeiros vindos da França, África do Sul, Nova Zelândia e até dos EUA para ajudar.

A solidariedade internacional recebida pelo Canadá, contudo, não sensibilizou Trudeau para entregar recursos destinados a minorar os efeitos



Trudeau leva dinheiro para Zelensky torrar na guerra

da catástrofe que atinge cerca de 40 mil ucranianos vítimas da inundação de de uma área de 600 km2, provocada pela destruição da represa da hidrelétrica de Kakhovka, numa situação em que o governo Zelensky acusa a Rússia mas rejeita qualquer investigação independente, com participação da ONU, sobre o que causou o desastre ecológico e humanitário. Apesar disso, o premiê se abalou até Kiev para jogar

mais gasolina no fogo da guerra.

Trudeau disse ainda na coletiva de imprensa que o Canadá participará de um esforço para treinar pilotos de caça ucranianos e acrescentou que o seu governo mantém apreendido um avião de carga Antonov de propriedade russa, que pousou no país no ano passado, e deu início ao processo de confisco da aeronave para entregar ao regime de Zelensky.

100 mil israelenses repudiam nas ruas atentado de Netanyahu contra o Judiciário

“Estamos determinados e salvaremos a democracia. O protesto deve superar e passar para a desobediência civil não-violenta”, clamou o ex-premiê Ehud Barak, que participou do ato em Haifa.

Mais de cem mil pessoas tomaram as ruas de Israel neste sábado, pela 23ª semana consecutiva, para repudiar a reforma do Judiciário encaminhada pelo governo de extrema-direita de Benjamin Netanyahu, que destrói o equilíbrio de poderes e impõe o tacão do Executivo sobre o Judiciário.

“Enfrentamos um perigo claro e imediato. Se o governo realizar uma tomada hostil do comitê de seleção de juizes, será surpreendido pela força da reação”, afirmaram os organizadores do ato. Conforme os ativistas, “somente uma luta determinada e intransigente vai impedir a nomeação de juizes e impedir que o governo implante uma ditadura. É preciso sair às ruas no dia da guerra e se opor”.

Há meses o Estado de Israel vem sendo abalado por uma série de protestos populares contra a “reforma” do primeiro-ministro Netanyahu, mudanças que lhe proporcionam o direito de escolher a maioria dos juizes, incluindo membros da Suprema Corte.

Além disso, os opositores alertam que a medida representa um ataque ao equilíbrio de poderes de Israel, abalando qualquer resquício de democracia ao conferir ao parlamento uma influência incomum para derrubar decisões



“Juntos venceremos!”, diz faixa erguida em Tel Aviv

judiciais.

“Venceremos porque não temos outro país e não temos outro caminho, estamos determinados e salvaremos a democracia. O protesto deve superar e passar para a desobediência civil não-violenta”, declarou o ex-primeiro-ministro Ehud Barak, que participou do ato em Haifa. “Peço aos cidadãos de Israel que se preparem para agir e, quando o chamado chegar, respondam a ele”, conclamou.

Em Tel Aviv, a funcionária do setor de alta tecnologia, Michal Gat, disse que os israelenses estão “sequestrados” e assegurou que permanecerão mobilizados “com nossos filhos, faça chuva ou faça sol, por quantas semanas seja necessário”. “É muito importante para o nosso povo preservar a democracia”, frisou.

Entre outros danos, a investida de Netanyahu retira dos cidadãos israelenses a cobertura dada pela possibilidade de recurso ao Judiciário contra leis ou proposições parlamentares que agriçam direitos das mulheres ou dos

integrantes da população árabe-israelense.

A chamada “reforma” que pretende fazer do Judiciário israelense um sancionador da política supremacista do governo Netanyahu é apenas um dos ataques que perpetra contra a democracia. Exemplo disso, é o projeto do parlamentar fascista Fogel, que pretende entregar ao racista Ben Gvir, que ocupa o cargo de ministro da Segurança do atual governo, o poder de ordenar a prisão de israelenses sem julgamento e por tempo indeterminado.

Sob essa coalizão comandada por Netanyahu, a violência contra os palestinos em Gaza e na Cisjordânia tem recrudescido e toma ares cada vez mais hostis, provocativos e perigosos como ocorreu recentemente no desfile de milhares de fascistas israelenses sobre a Jerusalém Árabe, a bater nas portas das casas palestinas aos gritos de “Morte aos Árabes”. Na manifestação racista tomaram parte ministros israelenses.

A parte superior da barragem e os equipamentos da usina hidrelétrica de Kakhovka foram destruídos por um bombardeio ucraniano, como denunciou a Rússia em reunião do Conselho de Segurança da ONU

Segundo dados preliminares, “entre 22.000 e 40.000 pessoas” estão na zona de desastre afetada pela inundação, após a destruição da barragem da hidrelétrica de Kakhovka, por bombardeio das forças de Kiev, disse o governador interino da região de Kherson, Vladimir Saldo, ao programa Solovyov Live. Bairros inteiros estão debaixo de água, há quatorze cidades na área inundada e até 80 povoados estão sob risco.

A parte superior da barragem e os equipamentos da usina hidrelétrica de Kakhovka foram destruídos por um bombardeio ucraniano na noite de 5 de junho, como denunciou a Rússia ao Conselho de Segurança da ONU na reunião de emergência de segunda-feira, levando à inundação de cidades e cultivos e pondo em risco a vida dos moradores.

Muitos moradores passaram a noite nos telhados de casas que ficaram praticamente submersas em bairros de Kherson e Nova Kakhovka, e tiveram de ser resgatados com barcos infláveis improvisados. Mais de 40 abrigos temporários foram mobilizados para abrigar as vítimas.

A evacuação de civis das áreas inundadas está sob fogo das tropas ucranianas, denunciou o dirigente local, Andrey Alekseenko. “A operação de resgate ainda está ocorrendo sob o bombardeio nazista da margem direita. As comunicações estão interrompidas em muitos lugares”, ele postou.

Moradores vêm sendo recolhidos de telhados e cercas. “Muitos lugares não podem ser alcançados agora nem mesmo com equipamentos especiais – apenas de barco”, acrescentou Alekseenko. Mais de 1.000 pessoas foram evacuadas na quarta-feira apenas de Naked Pristan, para onde se deslocou o pico da enchente.

Na própria Nova Kakhovka, o nível de água tinha recuado meio metro na manhã de quarta-feira, depois de ter subido mais de dez metros em vários locais. Um dos cemitérios da cidade foi destruído e há ameaça de infecção, disse o chefe do distrito de NovoKakhovka, Vladimir Leontiev.

Na avaliação dele, as áreas permanecerão inundadas por pelo menos uma semana. A destruição parcial da represa e a inundação também podem acarretar enorme dano às milhares de granjas da região, que dependem da irrigação dos quatro canais que fluem do reservatório de Kakhovka. Bem como ao fornecimento de água potável à Crimeia.

Outro perigo provém de que a torrente arrastou um grande número de minas terrestres, ameaçando causar explosões. A área no entorno da barragem de Kakhovka está cheia de minas terrestres, “que agora estão fluindo na água e representam um grande risco”, disse o diretor nacional da CARE Ucrânia, Fabrice Martin, em comunicado.

Outra “consequência catastrófica” do rompimento da

barragem foi que “pelo menos 150 toneladas de petróleo foram lançadas no rio Dniro com o risco de mais vazamento de mais de 300 toneladas”, acrescentou Martin. Campos agrícolas ao longo do Dnieper foram arrasados.

A colunista Victoria Nikiforova, da RIA Novosti, descreveu a importância da represa de Nova Kakova: O milagre da civilização, a bela usina hidrelétrica de Kakhovskaya, foi construída na década de 50 pelo povo soviético, que nem imaginava que seus próprios netos, tendo se alistado nos “ucranianos”, a atingiriam com artilharia. Foi criado pelos melhores profissionais de toda a União Soviética, lá foram utilizadas as mais recentes tecnologias, toda a cidade de Novaya Kakhovka foi construída especificamente para as necessidades da usina hidrelétrica. O aniversário da usina hidrelétrica de Kakhovskaya se tornou um feriado para todo o nosso vasto país”.

E ela conclui: “É esta obra-prima da engenharia e do trabalho humano foi martelada pela artilharia das Forças Armadas da Ucrânia por meses”.

Desde o ano passado, a Rússia expôs ao Conselho de Segurança da ONU a ameaça do regime de Kiev de explodir a represa de Kakhovka – plano “testado”, como se gabou um general ucraniano nas páginas do Washington Post.

“Os líderes das forças armadas ucranianas declararam abertamente, já no ano passado, que estavam prontos para explodir a barragem para obter uma vantagem militar”, afirmou o embaixador russo na ONU, Vasili Nebenzia. “Alertamos a comunidade internacional sobre esta ameaça e lamentamos que não tenha sido levada em consideração”.

Nebenzia apontou que “a sabotagem deliberada que Kiev realizou contra uma instalação de infraestrutura crítica é extremamente perigosa e pode ser classificada como crime de guerra ou ato de terrorismo.”

Acrescentou que “ataques a instalações contendo forças perigosas são expressamente proibidos pelo direito humanitário internacional, sendo as barragens especificamente mencionadas no artigo 56 do Primeiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1977”.

Nebenzia declarou, ainda que “o Ocidente está acostumado a fazer o trabalho sujo com as mãos de outras pessoas” e disse que tal ato “pode ser visto como uma continuação das táticas sistemáticas do regime de Kiev destinadas a intimidar a população civil”.

Ele chamou ainda de “esquizofrenia” as acusações lançadas contra a Rússia de autoria da explosão da hidrelétrica.

Por sua vez, o presidente russo Vladimir Putin, em telefonema ao recém reeleito presidente turco Recep Erdogan, classificou a explosão da barragem e inundação de cidades pelo regime de Kiev como “um ato bárbaro” que gerou “uma grande catástrofe ecológica e humanitária”.

Kiev rejeita a investigação sobre explosão da represa

O ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmitry Kuleba, rejeitou os pedidos no Conselho de Segurança da ONU para realizar uma investigação internacional sobre o ataque à usina hidrelétrica de Kakhovka, na província de Kherson, em entrevista no canal 1+1 de Kiev.

Comentando sobre o que aconteceu na represa do rio Dnieper, ao norte da capital ucraniana, na terça-feira (6), o ministro tentou se justificar dizendo que essa investigação seria um “jogo de ganha-perde com os russos”.

“Só me incomodam com seu jogo constante de quase justiça. Tentam incriminar a Ucrânia por explodir algo lá? Fiquem tranquilos, queridos”, disse.

Na última quarta-feira, o presidente da Turquia, Recep Erdogan, em conversa telefônica com Volodymyr Zelensky, propôs a criação de uma comissão internacional para investigar a destruição da barragem de Kakhovka, que incluía especialistas das partes em conflito,

além da Turquia e da ONU, e não teve resposta.

No mesmo dia, Erdogan conversou por telefone com o presidente russo, Putin, e fez a mesma proposta, oferecendo a capital de seu país, Ancara, como coordenadora da investigação, ideia que foi recebida com disposição de implementar as medidas de forma imediata.

Segundo dados preliminares “entre 22.000 e 40.000 pessoas” estão na zona de desastre afetada pela inundação, após a destruição da barragem da hidrelétrica de Kakhovka, por bombardeio das forças de Kiev, informou o governador interino da região de Kherson, Vladimir Saldo.

A parte superior da barragem e equipamentos da usina de Kakhovka foram destruídos por um bombardeio ucraniano na noite de 5 de junho, como denunciou a Rússia ao Conselho de Segurança da ONU, levando à inundação de cidades.

Leia matéria na integra em: www.horadapovo.com.br



Contratorpedeiro dos EUA no Estreito de Taiwan em águas de soberania chinesa

Destróier dos EUA invade Estreito de Taiwan e quase colide com navio chinês

Em pronunciamento no Fórum Dialogo de Shangri-La, que se encerra neste domingo (4) em Cingapura, o ministro da Defesa da China, general Li Shangfu, advertiu Washington sobre o incidente da véspera no Estreito de Taiwan, enfatizando que a China irá “impedir as tentativas de usar [patrulhas de] liberdade de navegação, aquela passagem inocente, para exercer a hegemonia da navegação”.

No sábado, um navio de guerra chinês chegou a 137 metros do contratorpedeiro americano USS Chung-Hoon e de uma embarcação canadense com a qual realizava exercícios, após ter seu alerta aos intrusos de que estavam entrando em águas territoriais chinesas, ignorado.

O navio chinês arremeteu na direção do contratorpedeiro norte-americano e avisou que haveria uma colisão se este não mudasse de rumo, de acordo com o Global News do Canadá, cujos repórteres, a bordo do HMCS Montreal, testemunharam o quase acidente.

No último momento, o navio de guerra chinês alterou seu curso e evitou a colisão. Falando na mesma conferência no sábado, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, chamou de “passagem inocente” as incursões a milhares de quilômetros dos EUA no Estreito de Taiwan e no Mar da China Meridional e disse que Washington não recuará “diante de bullying ou coerção”.

O ministro da Defesa chinês reiterou que os EUA e seus aliados eram responsáveis pelo aumento das tensões na região e aconselhou Washington a cuidar “bem de seu próprio espaço aéreo e águas territoriais”. Ele acrescentou: “Na China, sempre dizemos: ‘Cuide da sua vida’”.

Considerada a principal plataforma para debater questões de segurança da região Ásia-Pacífico, o Diálogo de Shangri-La é organizado regularmente desde 2002 pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, um think tank independente com sede no Reino Unido.

“CENTRO DOS NOSSOS INTERESSES”

No seu primeiro discurso internacional desde que se tornou ministro da Defesa da China em março, Li também enfatizou a posição de Pequim em relação a Taiwan, chamando-a de “o centro de nossos principais interesses” e disse que nunca hesitaria em “defender nossos direitos e interesses legítimos”. Ao estabelecer relações diplomáticas com a China no governo Carter, os EUA se comprometeram a respeitar a política de ‘Uma China’, isto é, o reconhecimento de Taiwan como parte inalienável do território chinês, cuja reunificação é considerada por Pequim como etapa essencial do rejuvenescimento da milenar nação chinesa.

De 1949 até 1971, o governo do partido Kuomitang em Taiwan usurpou no Conselho de Segurança da ONU a representação da nação chinesa, o que foi corrigido pela Assembleia Geral da ONU, com a devolução da representação à República Popular da China.

Leia mais no site do HP

“Japão deve ficar neutro, não apoiar Ucrânia para agradar EUA”, diz ex-premiê Yukio Hatoyama

“Acho que a atitude do governo japonês em relação à Rússia está errada ao ver o país como inimigo”, afirmou o ex-primeiro-ministro, Yukio Hatoyama, condenando nesta sexta-feira (9), em Tóquio, a política de alinhamento aos Estados Unidos e apoio à Ucrânia.

Ao lado de cerca de 40 lideranças e representantes de Estados que visitaram a Embaixada russa no Japão, antecipando-se às comemorações do Dia da Rússia, datado em 12 de junho, próxima segunda-feira, Hatoyama lembrou que “várias discussões, inclusive sobre questões territoriais” contribuíram para “a melhoria das relações e pensei que traria a solução desse problema para mais perto”.

“No entanto, atualmente o Japão, em obediência aos EUA, está quase dando apoio mili-

tar à Ucrânia. Então está apoiando a Ucrânia e olhando para a Rússia como uma inimiga. Como resultado, a amizade que tínhamos até agora está se deteriorando e lamento profundamente por isso”, assinalou.

Em entrevista à Sputnik, o ex-primeiro-ministro japonês ponderou que a atual elite no poder em seu país deveria adotar uma postura mais equilibrada para construir relações de diálogo e aproximação com a Rússia em vez de partir para o confronto.

“Acho que é necessário formular uma política com um ponto de vista mais correto. A administração de Kishida, assim como a mídia japonesa que fica do lado do governo, está empenhada em apoiar a Ucrânia, mas acho que eles deveriam ter abordado o problema com uma atitude mais neutra”, assinalou.

Zona do euro entra em recessão sob o efeito das sanções contra a Rússia



Milhares de empresas faliram na Alemanha sob a alta da energa pelas sanções.

Donald Trump enfrenta 37 acusações por roubar papéis secretos da Casa Branca

Donald Trump enfrenta 37 acusações criminais que foram tornadas públicas na sexta-feira (9) pelo Departamento de Justiça dos EUA, confirmando que o ex-presidente dos Estados Unidos se tornou réu por ter retirado documentos confidenciais da Casa Branca quando deixou a Presidência em 2021.

A acusação afirma que Trump armazenou em caixas na sua casa de Mar-a-Lago, na Flórida, “informações sobre as capacidades de defesa e armas dos Estados Unidos e de países estrangeiros; programas nucleares dos Estados Unidos; vulnerabilidades potenciais dos Estados Unidos e seus aliados a ataques militares e planos para uma possível retaliação em resposta a um ataque estrangeiro”.

O processo inclui fotos que mostram as caixas de documentos em um banheiro, no palco de um auditório e em uma despensa da sua casa e também em um clube de golfe em Nova Jersey.

Trump também é acusado de ter compartilhado com terceiros um mapa relacionado a uma operação militar dos EUA. A acusação diz que os materiais vieram do Pentágono, da CIA, da NSA e de outras agências de inteligência e que o ex-presidente “se esforçou para obstruir as investigações do FBI e do grande júri e ocultar a retenção desses do-



Reprodução e Twitter - composição HP

Trump entupiu dispensas e banheiros da mansão de Mar-a-Lago com caixas de documentos surrupiados

cumentos confidenciais”.

Os procuradores afirmam que a potencial divulgação dos documentos “teria colocado em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos”.

O promotor especial Jack Smith, encarregado da acusação, afirmou, no sábado (10), que a lei se aplica a todos e que buscará um julgamento rápido “em conformidade com o interesse público e os direitos do acusado”. Ele também pediu ao público em geral que lesse o documento de acusação para entender “o escopo e a gravidade dos crimes”.

De acordo com o documento de 49 páginas, os crimes mais graves imputados, como obstrução da justiça e conspiração, são puníveis com até 20

anos de prisão e multas de até 250 mil dólares (R\$ 1,3 milhão), e os menos graves, como conspiração para ocultar, com cinco anos de prisão e a mesma penalidade financeira.

Além de Trump, também é acusado no mesmo caso Waltine Nauta, assessor militar que trabalhou para ele durante seu mandato como presidente (2017-2021) e foi visto transportando caixas com documentos oficiais em Mar-a-Lago, no estado da Flórida.

Após a formalização da acusação, dois dos advogados de Donald Trump renunciaram.

O processo ocorre em meio à campanha das primárias que vão definir o candidato do Partido Republicano na disputa pela presidência do país nas eleições de 2024.

New York Times pede a soldados ucranianos que escondam seus emblemas nazis na hora das fotos

O New York Times foi forçado a lidar tardiamente com algo que foi cuidadosamente ocultado do público no Ocidente por razões óbvias, registra o portal norte-americano Zero Hedge, a respeito da manchete de segunda-feira “Símbolos nazistas nas linhas de frente da Ucrânia destacam questões espinhosas da história”.

Admissão – destaca o ZH – que vem literalmente depois de anos de jornalistas e comentaristas independentes “apontando que sim, de fato ... os grupos militares e paramilitares da Ucrânia, especialmente aqueles que operam no leste desde pelo menos 2014, têm um sério problema de ideologia nazista”.

Como exemplo disso, o Zero Hedge cita uma reportagem da NBC News de 2014, pós-golpe que instaurou o atual regime em Kiev: “Os alemães foram confrontados com imagens do passado sombrio de seu país na noite de segunda-feira, quando a emissora pública alemã ZDF mostrou um vídeo de soldados ucranianos com símbolos nazistas em seus capacetes em seu noticiário noturno.”

O que, a propósito, chegou a ser registrado na época pelo próprio NYT, pela revista Time, pela BBC, entre outros, antes de Washington desencadear sua guerra por procuração contra a Rússia na Ucrânia. Portanto, exaustivamente documentado.

Mas o relato atual do NYT – observa o portal – “tenta minimizá-lo como uma ‘questão espinhosa’ da ‘História’ ‘única’



Nazistas ucranianos não atendem a sugestão para esconder os seus adereços hitlerianos.

da Ucrânia – sugere que o problema real para as relações públicas ocidentais é fundamentalmente que [o nazismo ucraniano] seja exibido tão abertamente”. “As tropas ucranianas estão sendo solicitadas a cobrir os símbolos nazistas, por favor! – como Matt Taibbi brincou sarcasticamente ao comentar o artigo”.

No artigo, os autores começam expressando frustração com a ótica dos símbolos nazistas exibidos com tanto orgulho nos uniformes de muitos soldados ucranianos.

Sugerindo que muitas fotografias jornalísticas que, em alguns casos, foram apresentadas em jornais e meios de comunicação em todo o mundo (normalmente junto com artigos geralmente positivos sobre as

forças armadas da Ucrânia) são meramente ‘infelizes’ ou enganosas, o relato do NYT diz: “em cada fotografia, ucranianos de uniforme usavam patches com símbolos que se tornaram notórios pela Alemanha nazista e desde então se tornaram parte da iconografia de grupos de ódio de extrema-direita.”

O NYT admite que isso gerou uma controvérsia em que as redações realmente devem deletar algumas fotos de soldados e militantes ucranianos, apresentando isso cinicamente como uma consequência da “complicada relação dos militares ucranianos com as imagens nazistas, uma relação forjada sob a ocupação soviética (sic!) e alemã durante a Segunda Guerra Mundial”.

Leia mais no site do HP

De acordo com a mídia alemã, milhares de empresas faliram desde 2022 sob a pressão de custos de energia devido à supressão do gás russo via sanções

Acompanhando a Alemanha, a zona do euro entrou em recessão, com contração em dois trimestres consecutivos, mostraram os números da agência europeia Eurostat divulgados na quinta-feira (8), após revisão das estimativas prévias. O que reflete os choques de energia e alta da inflação, decorrentes das sanções contra a Rússia e da alta dos juros pelo BCE que, segundo o portal europeu Político, “corroeram o ímpeto de crescimento durante o inverno”.

No primeiro trimestre de 2023, o produto interno bruto (PIB) da zona do euro caiu 0,1 por cento em relação ao trimestre anterior, depois de encolher 0,1 por cento no quarto trimestre de 2022. Os números revisados ficaram abaixo das estimativas rápidas de 0,1% e 1,3% publicadas em 16 de maio; economistas previam expansão média de zero e 1,2%, respectivamente.

E a primeira contração de seis meses desde os lockdowns da pandemia de Covid-19. Fala-se de “recessão técnica” quando há queda da produção em dois trimestres consecutivos.

Segundo o Eurostat, sofreram contrações na zona do euro, Irlanda (-4,6%), o maior recuo; Lituânia (-2,1%), Holanda (-0,7%), Estônia (-0,6%) e Malta (-0,5%). Ao mesmo tempo, a Alemanha, a maior economia da zona euro, também não conseguiu evitar a queda (-0,3%).

De longe a maior economia da zona do euro, com quase 30% do PIB, a Alemanha também é o maior parceiro comercial de mais da metade dos países da União Europeia. Após as revisões, o PIB alemão se contraiu em 0,3 por cento no primeiro trimestre de 2023, depois de encolher 0,5 por cento no último trimestre de 2022.

A revisão de números da Eurostat foi ironizada pelo portal norte-americano Zero Hedge: “A sorradeira revisão para baixo continua uma tendência observada primeiro sob o governo Biden de divulgar impressões econômicas iniciais ridiculamente mais fortes do que o esperado, e depois revisá-las discretamente (muito) para baixo alguns meses depois, quando ninguém se importa”.

Segundo o portal Político, a fraqueza da zona do euro no primeiro trimestre se deveu a uma queda nos gastos do governo e das famílias, com os estoques dando contribuições negativas e o comércio sustentando a produção.

Para o portal, a pequena mudança nos números do PIB não muda o que as famílias já estão experimentando: “preços crescentes no supermercado, pagando mais juros em suas hipotecas à medida que o Banco Central Europeu aumenta as taxas e lutando por salários que acompanhem o aumento do custo de vida”.

SOMBRA SOBRE BERLIM

A grande discussão é se a Alemanha vai seguir arrastando para baixo os demais 19 integrantes da zona do euro, nesse quadro em que o bloco europeu se meteu de mala e cuia na guerra por procuração dos EUA contra a Rússia na Ucrânia, trocando a energia barata e garantida russa pelo caro gás de fracking norte-americano.

Jörg Krämer, economista-chefe do Commerzbank, expressou ceticismo sobre as perspectivas para a economia alemã: “Queda: Após o declínio significativo no clima de negócios do Ifo, todos os principais indicadores importantes para a indústria (Ifo, PMI, entrada de pedidos) agora estão apontando para baixo. Não

entendo por que a maioria dos economistas ainda espera uma recuperação na segunda metade do ano. Uma melhoria fundamental não está à vista”.

Segundo a Organização dos Países Industriais (OCDE) de Paris, a produção econômica alemã vai estagnar este ano, como informa o Berliner Zeitung. Especificamente, o consumo privado cairá 1,4% este ano, após aumentar 4,9% no ano passado. O que contrasta com a previsão do governo Scholz de crescimento econômico de 0,4% na primavera.

Os assalariados na Alemanha sofreram uma perda real de salários de 2,3% no primeiro trimestre de 2023 (reajuste de 5,6% diante de inflação de 8,3%), em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, conforme o bureau de estatística alemão Destatis.

De acordo com a mídia alemã, milhares de empresas faliram desde 2022 sob a pressão de custos de energia dramaticamente crescentes e outras condições desfavoráveis. “Surpreendentemente”, a indústria alemã mais uma vez teve que aceitar pedidos em queda em abril”, conforme o Destatis: menos 0,4% em relação ao mês anterior.

Economistas consultados pela agência de notícias Reuters esperavam um aumento de 3,0 por cento nos pedidos as fábricas. A queda em abril segue uma queda acentuada em março. Com 10,9%, isso foi ainda mais pronunciado do que se sabia anteriormente. Em comparação com o mesmo mês do ano passado, os pedidos recebidos em abril de 2023 caíram 9,9%.

“O otimismo no início do ano parece ter dado lugar a um senso de realidade”, disse o economista do ING Bank, Carsten Brzeski, apontando para o declínio do poder de compra, carteiras de pedidos industriais reduzidas, bem como as esperadas perdas de preços mais apertados e crescimento mais fraco dos EUA. “Além desses fatores cíclicos, a guerra em curso na Ucrânia, a mudança demográfica e a atual transição energética pesarão estruturalmente na economia alemã nos próximos anos.”

“SURPREENDENTEMENTE”

Como noticiou o Handelsblatt, a economia da zona do euro contraiu-se “surpreendentemente” no início do ano. Quanto ao que a espera, a Capital Economics disse que as perspectivas para a economia da zona do euro são ruins, com uma provável contração novamente no segundo trimestre, devido ao impacto das taxas de juros mais altas, registrou o Zero Hedge.

Mais otimista, a S&P Global Market Intelligence disse prever uma recuperação no segundo trimestre, liderada pelo setor de serviços, seguida por uma desaceleração subsequente e um risco de nova recessão no final de 2023 ou início de 2024, à medida que condições financeiras mais rígidas entrarem em vigor: “Em outras palavras, pode-se obter uma recuperação modesta... e depois uma queda dupla”, sublinhou o ZH.

“Apesar de injetar bilhões de euros na economia durante este período (principalmente na forma de subsídios ao preço da energia), os formuladores de políticas provavelmente ficarão desapontados por ainda não terem conseguido evitar uma recessão ‘técnica’... a tempo”. “Especialmente desde que uma recessão de mergulho duplo agora parece inevitável após uma recuperação modesta no segundo trimestre e/ou terceiro trimestre”, acrescentou o ZH.

Aluísio Azevedo, o romance nacional e a fossa da escravidão - (parte 1)

Dos seus três principais romances, somente O Cortiço foi publicado após a Abolição da escravatura – e após a Proclamação da República -, em 1890. Entretanto, nos três, inclusive neste último, sobreleva o abolicionismo do autor

CARLOS LOPES

O que tornava Aluísio Azevedo um escritor tão instável?

Autor da obra-prima do naturalismo brasileiro, **O Cortiço**, ele jamais se firmou solidamente nem ao menos no naturalismo – de onde oscilou para um medíocre e ultrapassado romantismo.

Escreveu muito – ou razoavelmente – mas, com exceção dos três livros mais famosos (**O Cortiço**, **O Mulato** e **Casa de Pensão**), há pouco que se aproveite, ou que tenha, do ponto de vista dos leitores, sobrevivido.

Quem, hoje em dia, lê **Uma Lágrima de Mulher** ou **A Condessa Vésper** ou **Filomena Borges** ou **Mistério da Tijuca**, e, mesmo, **O Homem ou O Livro de uma Sogra**?

Ninguém, ou, talvez, quase ninguém.

Alguns críticos atribuíram essa instabilidade na produção literária de Aluísio Azevedo à necessidade de ganhar a vida – e reforçaram essa opinião com o fato, verdadeiro, de que Aluísio abandonou a literatura quando conseguiu uma fonte de renda estável como funcionário público da diplomacia brasileira.

Entretanto, é difícil sustentar que ele somente escrevesse para ganhar o sustento. Tinha talento demais para isso. E ainda que comparações com outros escritores sejam pouco esclarecedoras, quantos não desenvolveram o seu talento exatamente porque conseguiram uma fonte de renda estável em outra função?

Estaria – em nossa opinião – muito mais próximo da verdade considerar que Aluísio Azevedo não foi além de **O Mulato**, **Casa de Pensão** e **O Cortiço** porque esgotou, nesses livros, o que tinha para dizer. E não foi pouca coisa. Quantos escritores, no Brasil ou em qualquer parte do mundo, escreveram três obras neste nível?

Mas tal consideração remete diretamente à pergunta: o que ele tinha para dizer? Ou: o que ele, então, disse?

Dos seus três principais romances, somente **O Cortiço** foi publicado após a Abolição da escravatura – e após a Proclamação da República -, em 1890.

Entretanto, nos três, inclusive neste último, sobreleva o abolicionismo do autor. Não se trata, aqui, de confundir a vida do escritor com sua obra, mas do conteúdo de seus livros – e do que ele pode nos revelar.

No primeiro deles, **O Mulato** (1881), Raimundo é filho de um português com uma escrava – isto é, uma negra. O racismo permeia o livro, inclusive tornando impossível o relacionamento de Raimundo com Ana Rosa, que, apesar de branca, é sua prima (e Raimundo, apesar de mulato, tem olhos azuis e é doutor formado em Coimbra).

A escravidão determina a estreiteza mental da sociedade maranhense que aparece no livro. Era algo que Aluísio, branco, mas filho de pais que não eram casados, conhecia muito bem. Reparemos que alguns dos personagens do romance são especialmente cruéis – por exemplo, Quitéria, a mulher de José, pai de Raimundo, manda torturar a mãe deste, a escrava Domingas. Ou a repugnante D^a Maria Bárbara, uma sádica (e, ao mesmo tempo, não por coincidência, carola).

Aliás, essa combinação de sadismo, racismo e carolice aparece explícita nesse retrato do Maranhão daquele tempo.

Por exemplo:

“Depois de vários abortos, Domingas deu à luz um filho de José da Silva. Chamou-se o vigário da freguesia e, no ato do batismo da criança, esta, como a mãe, receberam solenemente a carta de alforria.

“Essa criança era Raimundo. “Na capital, entretanto, acalmavam-se os ânimos. José prosperou rapidamente no Rosário; cercou a amante e o filho de cuidados; relacionou-se com a vizinhança, criou amizades, e, no fim de pouco tempo, recebia em casamento a Sra. D^a Quitéria Inocência de Freitas Santiago, viúva, brasileira, rica, de muita religião e escrúpulos de sangue, e para quem um escravo não era um homem, e o fato de não ser branco, constituía só por si um crime.

“Foi uma fera! às suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede, e ao ferro em brasa. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda, onde a escravatura, todas as noites, com as mãos inchadas pelos bolos, ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava súplicas à Virgem Santíssima, mãe dos infelizes.

“Ao lado da capela o cemitério das suas vítimas.

“Casara com José da Silva por dois motivos simplesmente: porque precisava de um homem, e ali não havia muito onde escolher, e porque lhe diziam que os portugueses são brancos de primeira água.

“Nunca tivera filhos. Um dia reparou que o marido, a título de padrinho, distinguia com certa ternura o crioulo da Domingas e declarou logo que não admitia, nem mais um instante, aquele moleque na fazenda.

“— Seu negreiro! gritava ela ao marido, fula de raiva. Você pensa que lhe deixarei criar, em minha companhia, os filhos que você tem das negras?... Era só também o que faltava! Não trate de despachar-me, quanto antes, o moleque, que serei eu quem o despacha, mas há de ser para ali, para junto da capela!

“José, que sabia perfeitamente de quanto ela era capaz, correu logo à vila para dar as providências necessárias à segurança do filho. Mas, ao voltar à fazenda, gritos horrorosos atraíram-no ao rancho dos pretos, entrou descomulgado e viu o seguinte:

“Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. A megera, de pé, horrível, bêbada de cólera, ria-se, praguejava obscenidades, uivando nos espasmos flagrantíssimos da cólera. Domingas, quase morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura”.

Existem poucas cenas tão terríveis na literatura brasileira. Mas não é um exagero (veja-se, a propósito, um processo real, acontecido, por sinal, também no Maranhão, em nosso texto **A Baronesa de Grajaú e outros casos da piedosa caridade dos escravagistas**, HP 12/05/2017).

Quanto à D^a Maria Bárbara, a avó de Ana Rosa, eis um breve retrato:



“Era uma fúria! Uma víbora! Dava nos escravos por hábito e por gosto; só falava a gritar e, quando se punha a ralar — Deus nos acuda! —, incomodava toda a vizinhança! Insuportável!

“Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia ‘Os sujos’ e, quando se referia a um mulato dizia ‘O cabra’. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra: Em Alcântara, tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido ‘do seu João Hipólito’ um português fino, de olhos azuis e cabelos louros”.

A tragédia de Raimundo é que ele não consegue superar o racismo de que é vítima. Ele sofre o racismo, percebe a ligação deste com a escravidão, mas não consegue compreender como, ele, mulato de olhos azuis, formado em Coimbra, não ultrapassa aquele obstáculo, aquele preconceito. Por exemplo:

“— Mulato!

“Esta só palavra explicava-lhe agora todos os mesquinhos escrúpulos, que a sociedade do Maranhão usara para com ele. Explicava tudo: a frieza de certas famílias a quem visitara; a conversa cortada no momento em que Raimundo se aproximava; as reticências dos que lhe falavam sobre os seus antepassados; a reserva e a cautela dos que, em sua presença, discutiam questões de raça e de sangue; a razão pela qual D. Amância lhe oferecera um espelho e lhe dissera: ‘Ora mire-se!’ a razão pela qual, diante dele, chamavam de meninos aos moleques da rua. Aquela simples palavra dava-lhe tudo o que ele até aí desejara e negava-lhe tudo ao mesmo tempo, aquela palavra maldita dissolvia as suas dúvidas, justificava o seu passado; mas retirava-lhe a esperança de ser feliz, arrancava-lhe a pátria e a futura família; aquela palavra dizia-lhe brutalmente: ‘Aqui,

desgraçado, nesta miserável terra em que nasceste, só poderás amar uma negra da tua laia! Tua mãe, lembra-te bem, foi escrava! E tu também o foste!”

“— Mas, replicava-lhe uma voz interior, que ele mal ouvia na tempestade do seu desespero; a natureza não criou cativos! Tu não tens a menor culpa do que fizeram os outros, e no entanto és castigado e amaldiçoado pelos irmãos daqueles justamente que inventaram a escravidão no Brasil!”

Entretanto, apesar de sentir o peso da escravidão – mesmo não sendo escravo, mas através do racismo – ele não o entende como um problema que vertebra a própria sociedade. Pelo contrário, quer fazer parte – e parte destacada – dessa sociedade que o rejeita:

“E Raimundo revoltava-se. Pois, melhores que fossem as suas intenções todos ali o evitavam, porque a sua pobre mãe era preta e fora escrava? Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre?... Não lhe permitiam casar com uma branca? De acordo! Vá que tivessem razão! mas por que insultá-lo e persegui-lo? Ah! amaldiçoada fosse aquela maldita raça de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil! Maldita! mil vezes maldita! Com ele quantos desgraçados não sofriam o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio? E quantos outros não gemiam no tronco, debaixo do relho? E lembrar-se que ainda havia surras e assassínios irresponsáveis tanto nas fazendas como nas capitais!... Lembrar-se de que ainda nasciam cativos, porque muitos fazendeiros, apalavrados com o vigário da freguesia, batizavam ingênuos como nascidos antes da lei do ventre livre!... Lembrar-se que a consequência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, que teriam de passar por aquele inferno em que ele agora se debatia vencido! E ainda o governo tinha escrúpulo de acabar por uma vez com a escravatura; ainda dizia descaradamente que o negro era uma propriedade, como se o roubo, por ser comprado

e revendido, em primeira mão ou em segunda, ou em milésima, deixasse por isso de ser um roubo para ser uma propriedade!”

O trecho de **O Mulato** decorre dessa inconsciência de Raimundo. Ele não é um conformista, mas é um ingênuo – por isso, foge com Ana Rosa. Exatamente o que o leva à morte por assassinato, sob os auspícios do cônego Diogo, que fornece a arma do crime, enquanto Ana Rosa é confinada (e imbecilizada) a um casamento detestável, com o próprio assassino de Raimundo – que, aos olhos daquela sociedade, tem uma vantagem: o marido é branco.

Em seu resumo sobre a literatura brasileira, Antonio Candido escreve, apenas: “Dos inúmeros narradores de tendência naturalista, o mais importante foi Aluísio Azevedo (1857-1913), que era também caricaturista e jornalista. Esta circunstância influiu na sua escrita e, quando avultou de maneira excessiva, comprometeu-a sob a forma de esquematização e sensacionalismo. Alguns dos seus muitos romances são apreciáveis, inclusive um dos primeiros, apesar dos traços melodramáticos, **O Mulato** (1881), estudo do preconceito de cor, tão odioso quanto irracional num país mestiço como o Brasil. Mais seco e melhor construído é **Casa de Pensão** (1884), violenta descrição dos descaminhos e da morte de um estudante. Mas ele só alcançou a maestria n’**O Cortiço** (1890), que denota influência direta de Émile Zola, sendo o único dos seus livros que se sustenta plenamente” (cf. Antonio Candido, **Iniciação à Literatura Brasileira**, Humanitas/FFLCH/USP, 3^a ed., 1999, pp. 57-58).

Difícilmente se pode dizer que **O Mulato** e **Casa de Pensão** “não se sustentem plenamente”. Quanto a **O Cortiço**, nós voltaremos a ele – e ao ponto de vista de Antonio Candido sobre ele.

Casa de Pensão (1884) pode ter sido, como escreveram alguns historiadores literários, calcado no assassinato de João Capistrano da Cunha, ocorrido em 1876. Entretanto, se esse caso real serviu de alcapa para o autor, o



Aluísio Azevedo, autor de O Cortiço, O Mulato e Casa de Pensão

que torna a história do livro um romance – e não uma reportagem ou relato – deve-se inteiramente a Aluísio.

O livro não é mais localizado no Maranhão, mas no Rio de Janeiro. Maranhense é o personagem principal, Amâncio, que chega à capital do país para obter um título de “doutor”.

Todos, na pensão, querem o dinheiro de Amâncio. Mas a origem do dinheiro, naquela sociedade, é a escravatura. Assim, por exemplo, o dono da pensão e assassino de Amâncio:

“João Coqueiro era fluminense e fluminense da gema. Nasceu na Rua do Parto em uma das casas de seus pais, quando estes eram ricos.

“Que o foram. Viera-lhes a fortuna do avô materno, um português ambicioso e econômico, que a conquistara no tráfico dos negros africanos”

Ou, o próprio Amâncio, ainda que em um comentário de Mme. Brizard, a dona da pensão e mulher de João Coqueiro:

“Amâncio desejava unicamente que o amigo procurasse por onde andava o Sabino, que agora lhe fazia falta; e, caso o encontrasse, tivesse a bondade de remeter-lho; pois seria um grande favor.

“Veio à questão o quanto madraceavam os escravos ultimamente. Mme. Brizard jurou que não havia melhor vida do que a deles; disse que Amâncio fizera mal; em consentir que um negro de sua propriedade andasse por aí tanto tempo, sem lhe prestar contas; quando, alugado, lhe podia dar de rendimento pelo menos quarenta mil-réis mensais. E, de sua parte recomendou de Campos que fizesse diligências para descobrir o tratante e o deixasse ali, que ela mostraria se punha ou não a bom caminho”.

É interessante que o próprio Aluísio Azevedo tenha se preocupado em desmentir o que nós afirmamos acima, quanto ao caráter do livro:

“Não o qualifico de romance, porque tal não é o caráter que lhe tenciono imprimir. Não tenho igualmente a pretensão de fazer dele um livro científico, nem tão pouco realizar uma obra de arte. Apenas me proponho estudar uma das faces mais antipáticas de nossa sociedade – a vida em casa de pensão.

“Meu único fim é rasgar aos olhos do leitor a parede de uma dessas velhas casas de pensionistas, e expor na sua nudez fria e profundamente comovedora os dramas secretos que aí dentro se consumam, terríveis e obscuros, como a luta dos monstros no fundo do oceano.

“Desejo exhibir toda a hediondez dessa existência que corrompe nossa sociedade, como uma moléstia secreta e inconfessável corrompe o organismo humano” (cit. em Ana Gomes Porto, **“Peça de carne crua e ensanguentada”: uma análise de Casa de Pensão e Mistério da Tijuca de Aluísio Azevedo**, Remate de Males – 29(2) – jul./dez. 2009, p. 220).

Essa introdução, no entanto, desapareceu quando o romance foi publicado em livro. E tanto se tratava de um romance que Aluísio desobriga sua obra de qualquer preocupação com a melhora ou a reforma dos costumes: “Os males reais só podem ser combatidos pela própria realidade” (idem).

Continua na próxima edição